

## Bloco 4

### Gestão de programas sociais

Os textos deste bloco abordam questões conceituais a serem consideradas na gestão de programas sociais.

Os referenciais teóricos fundamentais ao processo de monitoramento e avaliação são tratados no texto específico sobre gestão de programas sociais. São abordados, também, os pressupostos conceituais das escolhas metodológicas do Programa Fortalecendo a Família, com destaque para os eixos que orientaram o trabalho socioeducativo: a autonomia e a cidadania.

Da problematização desses eixos destaca-se o conceito de direito e sua construção no cotidiano.

Um dos textos deste bloco, ao tratar dessa temática, dá visibilidade a situações concretas vividas pelas famílias participantes do PFF, por meio de depoimentos colhidos no decorrer do processo socioeducativo.

Completa este bloco o texto que trata da violência urbana, problema de dimensões amplas, complexas e de difícil equacionamento, e que se constitui num indicador de forte expressão nos territórios onde se desenvolveu o PFF.

Texto **13**

## A construção dos direitos no cotidiano

Carlos Roberto de Castro e Silva e colaboradores

### Introdução

O termo *direito* é compreendido com base na idéia de geração de direitos. Ao re-construir a história da promulgação da Declaração dos Direitos Humanos<sup>1</sup>, Marcílio (1998) descreve uma trajetória de incorporação de novos direitos que antes não eram considerados, e sugere a nomenclatura de geração de direitos.

A primeira geração refere-se à luta por *direitos da liberdade* ou *direitos civis e políticos* ou *direitos individuais*, nascida da reação ao absolutismo das monarquias européias e com a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte. A segunda geração está vinculada à reação do operariado submetido à exploração dos empresários na Revolução Industrial e ao processo de urbanização do século XIX na Europa. Lutava-se pelos *direitos de igualdade*, hoje ampliados para o que se denomina *direitos econômicos, sociais e culturais*.

Em pleno século XIX, surgiram os direitos de terceira geração cujo sentido refere-se aos *direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz* e, recentemente, os *direitos dos consumidores*. A quarta geração de direitos refere-se ao *direito à democracia*, pois sem este não é possível a concretização dos direitos humanos.

Saber sobre direitos é atinar para uma dinâmica complexa concretizada apenas a partir do momento em que os indivíduos sentem e agem como cidadãos. Mais do que internalizar o rol de direitos conquistados, é necessário desenvolver a idéia de que as pessoas se sintam protagonistas da construção dos direitos.

<sup>1</sup> Aprovada em 10 de dezembro de 1948, após a Segunda Guerra Mundial.

Ao ser proposto com destaque para os direitos sociais, o seminário sobre “Direitos”, veio atrelado à perspectiva de se apreender questões relacionadas ao processo de construção de cidadania e de autonomia das famílias por meio do trabalho socioeducativo.

Tornou-se importante saber como o trabalho socioeducativo tem avançado nessa proposta e qual a percepção das famílias e dos técnicos sobre a temática. A estratégia do seminário deveria possibilitar a emergência das práticas desenvolvidas nas áreas de atuação do Programa Fortalecendo a Família do município de São Paulo — PFF/SP/SP.

A “matéria-prima” do seminário foram os relatos das experiências de lutas por direitos que vêm ocorrendo através dos módulos do PFF/SP/SP, relacionados a diversas áreas. O aprofundamento da discussão relaciona-se à maneira como a questão dos direitos é vivida pelas famílias atendidas pelo referido programa. Mas também perpassa pela forma como se vivenciou isso, na condição de agentes que buscam transformações sociais calçadas na democracia.

Acreditamos que saber sobre direitos é atinarmos para uma complexa dinâmica em que só adquire concretude a partir do momento que as pessoas sentem e agem como cidadãos. Mais do que internalizar o rol de direitos conquistados, é necessário desenvolver a idéia de que as pessoas se sintam protagonistas da construção dos direitos.

Na elaboração do seminário, o conceito de território vivido<sup>2</sup> mostrou-se evidente e a questão surgiu como uma forma de delimitar mais concretamente o acesso aos direitos. O local de moradia das pessoas e as formas de relacionamento e qualidade de vida dão a dimensão do que elas vivenciam como seus direitos. Além disso, a vivência do território é expandida pela maneira como se constrói a rede social. Falar de direitos através do trabalho socioeducativo é se remeter a formas de articulação dessa rede.

As questões que nortearam o seminário são as que orientam esta apresentação. São elas: qual a percepção de direitos que perpassa esses relatos, que estratégias têm sido usadas para tratar esta questão dos direitos no trabalho dos grupos socioeducativos e sua relação com o território, e para mobilizar e envolver os atores sociais e os governos locais.

### **A percepção do direito a ter direitos**

Os relatos apresentados do trabalho socioeducativo realizado com as famílias estavam voltados à luta por melhores condições de vida ou formas de acessar os direitos sociais, com destaque para saúde, urbanização do bairro, qualidade de vida e acesso a bens culturais e de lazer.

A busca pelos direitos sociais pareceu articuladora de outros direitos, como civis e humanos. Notou-se um processo de construção em que todos eles se imbricam numa perspectiva que permitiu à pessoa sentir-se respeitada em sua singularidade e como cidadã capaz de modificar o meio em que vive.

No relato de Maria<sup>3</sup>, uma das representantes de família que integrou um dos grupos

<sup>2</sup> Este foi um dos conceitos fundantes que orientaram todo o trabalho do PFF/SP/SP.

<sup>3</sup> Este nome é fictício. Pretende-se expressar o relato da vivência de um dos atores sociais do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP.

socioeducativos, ficou evidente um processo de conquistas. Este foi iniciado quando ela pôde resgatar sua auto-estima e sua história de vida. Houve a possibilidade de resignificação a uma história muito sofrida e de humilhação:

“É, eu sustentava a família, porque meu marido bebia muito, então vivia me espancando. Eu tinha aquela vida mesmo muito sufocada. Hoje em dia, eu posso até falar que eu estou vivendo de novo, eu nasci novamente, e pretendo continuar, nessa luta pra melhorar mais ainda o local onde moro... Ensinar pra muitas pessoas também que não é aquele mundo deles fechado, que a gente tem que lutar, ora, gente, mudar a cabeça, a vida da gente.”

Foi fundamental que Maria participasse do Programa de Apoio à Família (Pafam) da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e do PFF/SP/SP. As reuniões socioeducativas permitiram troca de experiências e apoio para os movimentos sociais em que ela atua, como, a luta pela implantação de um Centro de Atenção Psicossocial — CAPS na região (Itaim Paulista).

A luta de Maria pela criação do CAPS na região faz parte de uma tomada de consciência decorrente de sua participação nesses programas sociais. Seu marido e seus irmãos eram usuários de drogas e álcool, situação geradora de muito sofrimento, como foi relatado. A possibilidade de mudança, segundo ela, tem a ver com “encontros acolhedores” com pessoas e instituições que a ajudaram a recuperar sua auto-estima. Como se isto fosse uma base a partir da qual pode ser possível a apropriação e o desenvolvimento de ações na esfera pública.

É nesta esfera que se concretizou a percepção de se sentir respeitada e digna. A auto-estima foi construída a partir da vinculação criada com o outro no contexto do território vivido. Sobre sua participação nos grupos socioeducativos, ela relata:

“Eu aprendi a ter auto-estima que eu não tinha. Eu não tinha vontade de viver, eu não tinha vontade de nada. Eu não tinha coragem de pedir socorro. Eu não tinha coragem de falar assim: ‘olha, eu estou apanhando na minha casa, preciso de socorro’ e eu não tinha coragem de ir numa delegacia.”

A importância do respeito e do reconhecimento no espaço público fica clara no seguinte relato, quando Maria se refere à forma como era conhecida no bairro: a “louca do tanquinho”. Hoje é conhecida como a dona Maria que luta pelos direitos e melhoria da condição de vida das pessoas.

Ela, que trabalhava a semana toda como auxiliar de limpeza, explica a origem de seu antigo apelido:

“Eu trabalhava e só tinha só o domingo em casa. Então, nesse domingo era dia de lavar roupa, né. Eu punha o tanquinho no meio do quintal e lavava a minha roupa e passava o dia inteiro. Aí o pessoal achava que eu era louca. [sorri] E aí que foi... esse apelido ficou muito tempo. Agora não, eles [vizinhos e comunidade local] não me chamam mais de louca, eles me chamam de dona Maria... mudou bastante de louca para dona. [...] Hoje, as pessoas vão procurar por mim, muitas vezes eles vão pedir socorro lá em casa.”

No relato de Capela do Socorro, região coordenada pela Universidade Santo Amaro (Unisa), as atividades desenvolvidas buscaram formas de as pessoas se apropriarem do território, seus recursos, e da percepção de seus problemas etc. Foram realizados jogos e dinâmicas de grupos. Foi o caso de jogo do *tour*. Nele, as pessoas desenharam suas ruas e suas casas; avaliaram os recursos por área (saúde, educação, moradia e lazer); listaram os recursos e construíram o mapa da região. Por fim, montaram um tabuleiro com estas informações e começaram a jogar.

O trabalho com os grupos iniciou-se com o reconhecimento de cada um e do outro, e deles na comunidade. O jogo propiciou uma forma de construção de vínculos entre as famílias, destas com os técnicos e de todos com o território. A finalidade foi estabelecer a contextualização dessas pessoas por meio da vivência em seu território. O jogo do *tour* pela região tornou-se momentos de “poder falar” coisas tensas, complicadas, de forma lúdica — “O jogo da vida”. Um momento ou um espaço de troca de experiências e de elaboração de questões “pessoais”.

O processo de apropriação do território vivido possibilita delimitar e tomar conhecimento das demandas por meio da percepção das necessidades e da valorização dos desejos dessas famílias. São relatadas discussões em que surgem falas de indignação, inconformismo e as contradições entre realidade e desejos: “Eu moro aqui por que fui empurrada, o único lugar que me sobrou foi esse!” (sic). Como analisa a equipe técnica da área:

“O território era conhecido e vivenciado apenas em sua funcionalidade (padaria, escola, mercado). Reconstruindo os caminhos dos participantes — quando chegou, como chegou, como foi, como estão atualmente— tivemos acesso às construções existentes nesse local [...] como também a construções subjetivas [‘escola dos meus filhos’, ‘a minha rua’, ‘a rua mais bonita’ etc.].”

Nesse sentido a questão do território surge como uma forma estratégica de construir ações coletivas. Parece que é a maneira de iniciar uma discussão sobre “direitos” e como conquistá-los.

Contextualizar a vivência dolorida dessas pessoas dentro da dinâmica do trabalho revelou aspectos comuns a uni-las. Falou-se do ato de compartilhar sentimentos que passam sua convivência. Os afetos serviram, em muitos momentos, como linguagem comum. As pessoas pareceram querer sentir um outro olhar, um outro som que não aquele calçado em desconfiança, hipocrisia e preconceito.

Sawaia (1999), com base no conceito de sofrimento ético-político, ajuda a entender o papel dos aspectos subjetivos, ligados aos afetos, na construção da convivência em coletividade. Isso estimula a compreensão do coletivo como instância responsável tanto pelo sofrimento como de realização e de felicidade para cada indivíduo.

Tal sofrimento vivenciado pelas famílias reflete uma complexa rede intersubjetiva reveladora da política do cotidiano ou da ética que marca tais relacionamentos. Destes resultam sentimentos que só podem ser compreendidos a partir da intersubjetividade. Destacam-se alguns que já foram alvo de estudos: a vergonha, a humilhação, a culpa, a indiferença, o medo e a insegurança.

Por sua vez, a felicidade ético-política mostra-se presente quando as pessoas sentem receptividade a suas reivindicações. Temos bons exemplos no histórico dos Movimentos Sociais. Cardoso e Durham (1984) já apontavam que na luta dos Novos Movimentos Sociais (Nmso) por melhores condições de vida — pelo saneamento básico, saúde e outros —, além do resultado em si da reivindicação havia a gratificação das pessoas sentirem que suas reivindicações eram de direito. Participar de um movimento social possibilitou a elas uma forma de expressão na esfera pública que não se restringiu às formas clássicas ligadas ao sindicato e ao partido político.

A exclusão que marca essas famílias leva a explicações de ordem macroeconômica ligadas à desigualdade social. Por outro lado, a exclusão é vivenciada como sofrimento por aquele que em seu cotidiano encontra obstáculos devido à falta de solidariedade e respeito, traduzidos, por exemplo, pela dificuldade de se conseguir emprego. Como colocou Sawaia (1999: 98):

“A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o Indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas sem perder o coletivo. [...] Sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política inclusive a revolucionária torna-se abstrata e instrumentalização.”

Essa afirmação aponta para a necessidade de se construir espaços de uma escuta sensível e atenta com as condições de vida concreta dessas famílias. A equipe técnica de Santo Amaro (módulo UNISA) sintetiza este processo:

“Assim realizamos investimento no sentido do acolhimento das pessoas, em ouvir queixas e tristezas por terem deixado para trás seus familiares, seus afetos, ou seja, o que a vida teria de bom. Diante deste sentimento vimos que não seria possível nenhuma ação neste coletivo que não se iniciasse pelo conhecimento do território, sua história, faltas e potencialidades com o objetivo de possibilitar às famílias a busca por melhor qualidade de vida”.

Em suma, resgatando Sawaia (1999:104/5):

“[...] O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente as possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.”

## **Demandas, participação do Estado e da sociedade civil**

O trabalho socioeducativo permite ações que respeitam os sujeitos em suas singularidades e territórios. Isto nos sugere que damos oportunidade para que as pessoas percebam os direitos como algo que se refere à sua autonomia e à sua cidadania. Seria muito frágil a perspectiva de apresentar às pessoas seus direitos ou a história destes. Pois tais direitos têm a ver com lutas e conquistas contextualizadas histórica, social e culturalmente, como nos lembra Boaventura Souza Santos [1995]. A maneira como o trabalho socioeducativo é realizado parece reforçar a proposta desse autor quando concebe que os direitos devem ser construídos de “baixo para cima”.

Nessa perspectiva, luta-se para a construção de uma cidadania de “baixo para cima”, na constituição e implementação dos direitos inseridos num processo dialético de interesses representativos dos diferentes atores sociais. Alguns parâmetros de análise ajudam nessa formação. Como nos apontou Boaventura [1995], esses critérios são: regulação e emancipação social; Estado e sociedade civil e Estado-nação e globalização.

Além disso, a expressão dos direitos humanos deve respeitar as diversidades culturais, deve ser reconceituada como multicultural. É a alternativa que Boaventura [2000] encontrou para estabelecer uma relação que não seja baseada numa globalização que desrespeita as diferenças entre as culturas. O diálogo intercultural é um meio de vencer o universalismo. E contra o relativismo deve-se estabelecer políticas progressistas.

Ao pensar no trabalho socioeducativo como irradiador de ações que incrementem o PFF/SP/SP e o extrapole para novas ações em políticas públicas, destacam-se algumas atividades relatadas no seminário.

## **Atividades fortalecedoras**

No módulo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) na região de Sapopemba, realizou-se a atividade “O que é que Sapopemba tem?” Foram possíveis grande mobilização e articulação dos grupos de famílias com setores da sociedade civil; associações da região (Escola de capoeira do Mestre Bahia, Comunidade Santa Guadalupe, entre outras) e serviços públicos: Unidades Básicas de Saúde, Centro de Referência e Tratamento da AIDS, Subprefeitura de Vila Prudente, entre outras.

Realizado num Centro Desportivo Municipal, o evento contou com atividades ligadas a exposição de artesanato, de serviços e atrações de cultura e lazer. Os vários desdobramentos vão desde o fortalecimento dos grupos de famílias até a concretização de outros eventos que reforcem, por exemplo, atividades de geração de renda ou, ainda, ações de luta pela melhoria da qualidade de vida na região. A avaliação pelas famílias, segundo relatório da gerência, destaca que a feira possibilitou uma socialização das informações e possibilidades da região:

“Grande parte das famílias não tinha conhecimento e informação acerca de muitos recursos e serviços públicos existentes na região; muitas pessoas nos grupos apresentavam inúmeras habilidades e saberes, seus ou de familiares, na maioria dos casos pouco

valorizados no mundo externo e interno destas pessoas; grande parte das famílias trazia queixas relativas à falta de atividades culturais e de lazer na região; a maioria das famílias trazia queixas relativas à falta de atividades geradoras de renda.” [relatório do mês de agosto de 2003]

A relação das famílias atendidas pelo PFF/SP/SP com o Estado mostrou-se também presente na formulação e preparação da atividade de Campo Limpo, denominada: “Cidadania faz bem à Saúde — Articulando a rede local Campo Limpo”. O trabalho começou com a percepção que as pessoas têm do serviço público. O direito à saúde foi assim percebido pelos representantes das famílias: “As queixas, de um modo geral, revelam um sentimento de injustiça, vago, que resulta em sofrimento e revolta, mas não desencadeia ação”.

Na avaliação dos técnicos que trabalham na área há necessidade de se construir formas de operacionalizar ou mudar o quadro: “Surge a necessidade de informar sobre a saúde como direito, utilizando-se dos canais institucionais de participação e de escuta”.

Em Paraisópolis, foi possível uma interação mais direta com os funcionários da Secretaria da Habitação para discutirem aspectos de urbanização da favela. Houve um encontro denominado “Moradia e cidadania”, com a participação de profissionais da Secretaria da Habitação, para informar sobre questões da urbanização da favela. Parece que a oportunidade de conversar com a prefeitura deu maior tranquilidade aos moradores em relação a dúvidas por exemplo, se iria passar uma avenida no meio da favela.

Na avaliação final do evento, os moradores deram a entender que a eficácia do processo de urbanização está calcada na possibilidade de criação e efetivação de redes sociais. Referindo-se a um outro programa disseram: “a assistente social falava de direitos, cidadania [...]. era muito bom, mas aí ela foi embora. [...] o grupo acabou e nada aconteceu.”

### **O direito à cidade**

---

Essas atividades revelam que a luta por direitos exige toda uma articulação, visto que implica na busca de superação de desigualdades socioeconômicas. Como afirma Nakano (2003):

“A luta pelo direito à cidade implica na luta política pelo acesso às condições de vida urbana que propiciem o desenvolvimento humano das pessoas. A criação dessas condições de vida passa pela efetivação dos direitos sociais básicos à educação, à saúde, à moradia digna, à cultura ao lazer, à memória, ao meio ambiente saudável, dentre outros. A luta pelo direito à cidade é a luta pela redistribuição justa da riqueza territorial produzida coletivamente nas cidades.”

A promoção de passeios no PFF/SP/SP pode ser vista como uma possibilidade de estimular e evidenciar mais ainda o impacto das desigualdades sociais. Revela as injustiças e desamparo que vivem essas famílias e possibilita a apropriação por estas pessoas de bens que lhes foram retirados.

Segundo Nakano (2003), a maneira como as pessoas se distribuem e ocupam a cidade tem a ver com o poder político e econômico, “possibilitando que os mais abastados ocupem os melhores lugares”. Pode-se entender que a promoção desse tipo de atividade



sirva como estratégia de expansão dos projetos de vida das famílias atendidas no PFF/SP/SP, ampliando sua visão territorial. Isso não invalida todo o processo de se apropriar e valorizar o território de convivência e moradia destas famílias, pois a apropriação do território bem como a ampliação da visão territorial da cidade pode expressar uma dimensão da cidadania, do sujeitos de direitos.

### Conclusão

Na perspectiva do trabalho socioeducativo vislumbra-se o fortalecimento de uma cidadania que torne a pessoa ativa em seu meio (STEWART, 1995), e abra possibilidades de novas formas de participação e emergência de novos atores sociais. Atores estes que não só reivindicam seus direitos, mas são “peças” importantes para criar e consolidar esses mesmos direitos. A cidadania supõe ainda, a existência de um “arsenal” de direitos ao qual nos remetemos quando buscamos resgatar nossa condição de cidadãos. No entanto tais direitos não são estanques, mas fazem parte de um processo histórico de conquistas.

Sawaia (1999) alerta para as conseqüências ou a compreensão do fenômeno da inclusão/exclusão sob a perspectiva das políticas públicas: quanto custa um longo processo de exclusão. Do ponto de vista psicossocial, trabalhar o processo inclusão/exclusão, implica em compreender o seu significado para a vida das famílias.

Lidar com sentimentos de medo, indiferença, humilhação, vergonha, e outros que são cotidianamente alimentados pelas injustiças sociais, prejudica a eficácia de políticas sociais emancipatórias. Não se consegue estabelecer um diálogo sincero. “Interessa saber quais os ingredientes psicossociais que sustentam os discursos dos excluídos intra e intersubjetivo e o que custa a exclusão a longo prazo em termos de sofrimento.” (Sawaia, 1999:113)

Assim, discutir cidadania hoje é uma maneira de incorporar às novas características das sociedades contemporâneas, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais, direitos de novos tipos e a conseqüente ampliação do espaço da política. No fundo, falar de cidadania, é destacar um elemento que organize novas formas de relação entre os indivíduos, e destes com a sociedade. Nesse sentido vale a pena analisar a noção de sujeito e do papel da intersubjetividade na construção dos direitos.

### Referências bibliográficas

- CARDOSO R.; DURHAM, M. “Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico”. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 215-39.
- MARCÍLIO, M. L. “A lenta construção dos direitos da criança brasileira — século XX”. Revista da USP. Dossiê Direitos Humanos no limiar do século XXI. São Paulo: 1998, 37, 46-57.
- NAKANO, K. *Discussão sobre ocupações, direito à cidade e a reforma urbana*. São Paulo, Instituto Polis, 2003. [mimeo.]
- SANTOS, B. S. “Subjetividade, cidadania e emancipação”. In: SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, B. S. “Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos”. In: CAPINHA, G; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.). *Identities: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SAWAIA, B. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”. In: B. SAWAIA (org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial*. São Paulo: Vozes, 1999. p. 97-118.
- STEWART, A. *Two conceptions of citizenship*. London Scholl of Economics, Londres, 46: 63-78, March, 1995.

Texto **14**

## A violência vivida pelas famílias<sup>1</sup>

**Luzia Fátima Baierl**

**Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira**

### Introdução

Perseguir novos rumos que possam romper a disseminação e a banalização da violência. Humanizar e dar qualidade ao trabalho desenvolvido pelo poder público. Tudo isso significa reconhecer a existência da própria violência. Nesse cenário estão presentes os altos índices de mortalidade infantil, o trabalho das crianças pequenas, os descaminhos de atenção à juventude, a infância que esmola nos faróis e mora sob os viadutos. E ainda o desemprego crescente e, em muitos casos, irreversível revelando a pobreza como a questão nacional mais importante deste começo de século, num quadro de aprofundamento da desigualdade.

Lahos (1999) aponta que existem 54 milhões de pobres no Brasil, 24 milhões são indigentes. Os números mostram a vergonha nacional: os 10% que compõem a população mais rica do país se apropriam de quase 50% de tudo o que é produzido, enquanto que a metade mais pobre ganha menos do que o 1% mais rico<sup>2</sup>. Não se trata apenas da pobreza absoluta, mas da exacerbação das desigualdades sociais que geram o terreno propício à disseminação da violência. Numa sociedade onde poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades, a distribuição das mortes violentas é apenas o reflexo da estratificação social.

<sup>1</sup> Selecionou-se alguns relatos feitos por técnicos e estagiários que conduziram atividades de grupos junto às famílias inscritas no Programa Fortalecendo a Família. Trata-se de contribuições de Luiz Naporano e Tatiane Salles; Vanessa e Tatiana, Daniela Içassa e Luiza Aparecida de Barros.

<sup>2</sup> Lahóz, André. "A pobreza do debate". *Revista Exame*, ano 33, n. 20, out. 1999, p. 136-143.

## O contato com a violência

“O que quer dizer olhar para o outro e enxergá-lo? O que quer dizer ouvir o outro? A tentativa é aquela de que ouvir e enxergar o outro quer sempre significar a entrada num universo desconhecido, a ser desvendado [...]. O desafio é trabalhar com nossa ignorância sobre o que queremos estudar, mesmo que nos pareça muito familiar. Isto quer dizer colocar entre parênteses o que pensamos, ou seja, tornar conscientes as idéias que temos sobre os outros e submetê-las à crítica: explicitar o que você pensa sobre o outro, criticar essas idéias e colocar isso de lado para ir buscar alguma outra coisa, um entendimento mais amplo ou mais complexo.” (CALDEIRA, 1993: 5)

O contato com a violência vivida pelas famílias inscritas em programas socioeducativos exige dos profissionais o desenvolvimento dessa capacidade anunciada por Caldeira. Ouvir e enxergar o outro, notadamente aqueles que vivem situações de exclusão e vulnerabilidade social. E, em particular, nas regiões e territórios da cidade onde as formas de violência urbana ganham visibilidade para a população e para os profissionais que nelas exercem seu trabalho<sup>3</sup>.

A violência urbana tem se constituído nas duas últimas décadas num problema de dimensões amplas, complexas e de difícil combate e superação. Um dos crimes de maior impacto e expressão desse fenômeno, o homicídio, é a primeira causa de morte violenta entre a população masculina na idade produtiva na cidade de São Paulo. Atinge, em especial, jovens solteiros, moradores nas áreas territoriais com os maiores índices de exclusão social.

No decorrer de pesquisa realizada por professores do Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social<sup>4</sup> da PUC-SP, foi possível observar que as famílias cujos parentes foram vítimas de homicídio levam uma vida marcada por muitas formas de violência. Violência da sujeição à paisagem urbana inóspita que traz para o cotidiano todos os tipos de dificuldade — de transporte, de educação, de saúde, cultura e lazer —; violência no interior da vida familiar, regra para solução de problemas; violência na dificuldade crescente de direito ao trabalho, cada vez mais especializado e discricionário; violência no imperativo de enfrentar filas para receber cartões alimentação, cartões vale-gás, vale-leite, depois de comprovar pobreza extrema; violência da exposição ao trabalho e à prostituição infantil; violência da ausência de perspectivas de vida; violência de classe e de raça.

As famílias das vítimas de homicídio, em São Paulo, expressam a convivência dos paulistanos com questões sociais agudas, como o desemprego, o subemprego e a quase impossibilidade de acesso aos recursos de saúde, segurança, lazer, cultura e moradia.

<sup>3</sup> Nem sempre, as inquietações e inseguranças dos profissionais frente à realidade assustadora recebem a acolhida necessária por parte das diferentes organizações, públicas ou privadas, que atuam em programas sociais.

<sup>4</sup> Professoras Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez.

Sem qualidade de vida e sem espaço territorial definido — ou definido e demarcado por outras regras —, essas famílias concorrem a espaços ilegais, proibidos pelas normas municipais, sem segurança nem expectativa de um trabalho regular. Vivem envoltas por uma ideologia intensamente divulgada, que vincula felicidade a um padrão inatingível de consumo. É aí que a desigualdade que permeia a sociedade paulistana serve como pano de fundo ao crime organizado, ao tráfico de drogas e à conseqüente violência, produzindo uma vida diária insegura e arriscada<sup>5</sup>.

## Relatos

As famílias com as quais trabalhou o Programa Fortalecendo a Família —PFF/SP/SP moram em espaços territoriais onde os conflitos urbanos ganham significado e visibilidade e espelham um conjunto de desigualdades sociais e vulnerabilidades. Isso expõe a precariedade das políticas públicas e as formas como o capital social é dilapidado a cada dia. Essa população experimenta nas grandes metrópoles quase todas as manifestações de violência: doméstica, contra as crianças e jovens, adolescentes e idosos, além da urbana propriamente dita, que tira as vidas de filhos e companheiros das mulheres.

“No último sábado, dois bandidos moradores da mesma rua, invadiram o quintal onde mora com sua irmã para ‘acertar as contas’ com o filho da dona do quintal [...] o menino tem dívidas com drogas com os bandidos [...] os dois bandidos estavam drogados e alcoolizados, não encontraram o rapaz que procuravam e por isso bateram nas pessoas que estavam no quintal [...]” (relato de uma mulher em grupo do PFF/SP/SP).

Os números do Pro-AIM mostram que no ano de 2003 ocorreram 326 homicídios no distrito de Grajaú, 188 no Jardim São Luís, 150 em Sapopemba, 72 na Cidade Dutra, 92 em Guaianazes e 84 no Campo Limpo, 128 no Itaim Paulista e 59 no jardim Helena. Não por coincidência o programa se desenvolveu nas áreas onde os conflitos urbanos ganham visibilidade e fazem eclodir os índices de violência contra a vida.

Esses elementos podem ser corroborados pelos índices do *Mapa de exclusão e inclusão social*<sup>6</sup>, pelos dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, pelos números expressivos de mortes por causas externas, em particular por homicídios (índices do Pro-Aim), por pesquisas realizadas pelo Núcleo Temático Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, pelos estudos e Pesquisas do Núcleo de Violência da USP além, é claro, pelo farto material jornalístico a respeito.

“Mãe com dois filhos fala sobre seu medo da violência na rua, de seqüestro, de tiro na escola e de quando sai não sabe se chega.” (relato em grupos socioeducativos do PFF/SP/SP)

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> Elaborado pelo Núcleo de Assistência e Seguridade Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

Se a exclusão social em 1999 atingia 81,2% das famílias, em 2002 representa 85,9%<sup>7</sup>. Isso faz de São Paulo uma cidade tão complexa que

“não pode ser mapeada pela simples oposição centro versus periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social” (CALDEIRA, 2000:231)

Os distritos onde se desenvolveu o trabalho socioeducativo com famílias no PFF/SP/SP se destacam entre os 20 com maiores índices de vulnerabilidade: Guaianazes, Sapopemba, Itaim Paulista, Pedreira e Grajaú.

“aqui não tem violência... aqui tem a segurança, tem a turma do (tráfico) (...) eles protegem mas também são violentos.”

“uma criança morreu por ter ingerido veneno de rato, sendo que a família teria comentado ‘morreria de qualquer jeito, porque o rato já tinha mordido seu dedo.’”

“eu faço isso com meu filho porque eu amo ele, eu acorrento porque quero o bem pra ele.” (relato nos grupos socioeducativos).

Os dados iniciais do perfil dessas famílias<sup>8</sup> mostraram a violência e as drogas como as principais causas de insegurança e medo vividos por 34,8% das mulheres titulares de cartão para recebimento de renda mínima. Esse percentual é maior nos distritos de Grajaú (44,2%) e Sapopemba (43,1%) e um pouco menos no Jardim Helena (26,8%) e Vila Andrade (27,9%).

“uma das mulheres em atendimento individual contou que seu marido a espanca freqüentemente, e que agora acabou por quebrar uma de suas costelas (...) ele é usuário de drogas e trabalha de ‘olheiro’ para o tráfico da região (...) não pode denunciar à polícia por conta do envolvimento com o tráfico.” (relatos nos grupos socioeducativos)

Corroborando os dados estatísticos oficiais, as diferentes manifestações de violência foram trazidas pelos representantes de famílias nos grupos socioeducativos desenvolvidos pelo PFF/SP/SP. Os relatos foram feitos ora de forma velada e cifrada, ora de forma aberta, escancarada mesmo, quase sempre sem receber a necessária acolhida. O medo e a imposição da lei do silêncio se espriam no interior das famílias, no território, nos grupos e podem paralisar o trabalho profissional.

“um grupo de participantes relata seu dia-a-dia na favela onde a paz reinava, pois um traficante local assaltava bancos e supermercados e distribuía cestas básicas e ajudava a população local (...) a paz terminou em virtude da prisão do mesmo (...) os ‘nóias’ (...) matam sem pudor (...) a população está com medo e não sabe a quem recorrer, pois tem muito medo da polícia que invade seus barracos.” (relato nos grupos socioeducativos)

<sup>7</sup> Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 2002. p. C3.

<sup>8</sup> Sistematizados pela Empresa Diagonal.

## Normas paralelas

---

Alguns dos relatos orais feitos aos técnicos e estagiários abrangem o espectro todo das manifestações de violência: doméstica, envolvendo conflitos entre homem e mulher (parceiros), pais e filhos, filhos contra mãe e avós, abuso sexual praticado por parentes ou vizinhos com o consentimento surdo e aterrorizado das famílias. Somam-se a isso conflitos de vizinhança: brigas e disputas entre vizinhos tanto por motivos fúteis, ou motivadas pelo estado de alcoolismo, como decorrente de conflitos urbanos vinculados ao mundo do tráfico e da criminalidade.

Ainda fazem parte desse quadro: guerras e disputas de gangues e quadrilhas nos espaços territoriais de moradia e nos locais onde ocorriam reuniões do PFF/SP/SP; violência policial e abuso de poder; conflitos entre polícia e traficantes; diferentes formas de discriminação; violência institucional por meio de maus-tratos e mau atendimento ao público, chegando a eventuais cobranças de taxas para acesso à distribuição de leite ou outros benefícios materiais a que a população tem direito.

Ao longo de um ano e meio de trabalho muitas foram as reuniões canceladas por conta do “toque de recolher”, dos conflitos locais entre grupos do tráfico e polícia. Muitas reuniões precisaram mudar de endereço porque estavam agendadas em locais considerados inseguros pelos grupos de famílias e de técnicos.

## Medo social

---

Ter medo faz parte do ser humano. Não se trata de covardia ou fraqueza. Ao contrário, o medo deve ser tratado como virtude no sentido que alerta para questões que podem ser prejudiciais. A melhor maneira de lidar com os medos não é fugir ou fingir que eles não existem. É necessário admitir a sua existência para identificá-los, decifrá-los e buscar estratégias de superação.

As diferentes manifestações da violência têm feito germinar e ampliar o medo social, entendido como “o medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade” (BAIERL, 2003: 59). O medo social é produto de uma sociedade violenta e da maneira como as relações de poder e sociabilidade são construídas. Tais questões e indagações perpassaram a prática do PFF/SP/SP. É tarefa profissional avançar nessas reflexões, criar estratégias de fortalecimento das famílias e dos profissionais para busca de respostas.

Em algumas regiões a equipe sofreu violências concretas: assaltos, seqüestros, ameaças implícitas e explícitas. Muitas famílias solicitaram mudança de grupo ou de local de reunião, pois não podiam freqüentar certos espaços ou conviver com determinadas pessoas, por outras regras impostas nos locais de moradia.

Esses locais são presididos por um conjunto de lógicas e regras feitas ao largo das normas socialmente constituídas. As referências dessas famílias são forçadas a partir

daquilo que PAIS (2003: 115) denominou de contextos individuais, “os elementos do meio social relevante para os indivíduos” que norteiam suas formas de agir e pensar naquele contexto territorial. São idealizações compartilhadas no cotidiano. Os indivíduos, para interagirem, as tomam como elementos do meio social necessários para sua vida diária, como bússolas e sinalizações. Trata-se de lógicas e regras construídas em contextos sociais e espaciais que merecem um olhar e uma apreensão diferentes por parte dos técnicos e profissionais que atuam nesses territórios.

Muitas das famílias têm companheiros que cumprem pena no sistema penitenciário ou aguardam em reclusão o julgamento. Outras têm filhos em medidas socioeducativas ou em unidades da Febem. Muitos familiares têm vínculos diretos ou indiretos com o tráfico, como usuários ou “empregados”. Várias famílias e a própria equipe têm medo e não podem circular em horários não permitidos. Isso limita as possibilidades de lazer, estudo, trabalho e contamina as relações de vizinhança.

Embora tema emergente e vivo em nossa realidade, pouco tem sido produzido ou refletido sobre como lidar com essas questões historicamente tratadas como caso de polícia ou casos privados — em “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Poucos são os profissionais preparados e treinados para trabalhar com esse temário e com os conflitos gerados pela violência, sejam eles intra-familiares ou urbanos. Os profissionais se tornam alheios ao tema por medo e por falta de respostas para enfrentá-los.

### **Perguntas que devem ser respondidas**

---

Quantas famílias vivem essas situações de violência? Qual o olhar e a escuta dos profissionais para essas situações? Quais respostas se podem construir? Quais as parcerias e ações integradas que se pode realizar nos territórios, junto às organizações públicas, junto as ONGs, junto a movimentos organizados? O quanto isso afeta pessoal e profissionalmente condicionando de alguma maneira as ações nos programas? Quais as dificuldades para lidar com essas questões? Que ações vêm sendo realizadas nos territórios em busca de enfrentamentos (ONGs de Defesa de Direitos Humanos, Fórum de defesa da vida, entre outros)? Como sistematizar os dados colhidos para apresentação e discussão nas várias instâncias do poder público?

### **Conclusão**

---

A violência reduz as possibilidades de articulação das pessoas, corrói as relações de vizinhança e comunitárias, esgarça a malha social e, assim, o capital social. Por conta dela, as pessoas são obrigadas a seguir regras e normas não instituídas legalmente e construídas a partir de interesses privados, pela força e coerção de grupos, alterando o ritmo cotidiano de vida e o direito de ir e vir.

Para progredir nessa reflexão se faz necessário: conhecer e decifrar os territórios onde o programa se desenvolve; conhecer e decifrar os códigos e as normas instituídas nos territórios; reconhecer as forças sociais atuantes nestes espaços e que exercem influência e pressão sobre o conjunto da população; repercutir as formas de expressão dos medos e das diferenciadas formas de violência, através da escuta atenta e do acolhimento respeitoso que permitam, a partir das situações singulares, criar formas de reflexão coletiva, impulsionadoras de ações; construir e ampliar a rede de proteção e segurança a partir da articulação das organizações sociais (públicas e privadas), por meio de encontros, fóruns, debates e ações conjuntas.

Além do desenvolvimento de uma força interna que saiba interpretar o significado dos obstáculos para poder enfrentá-los e superá-los, é necessária a organização sistêmica de formação continuada de profissionais capazes de entender que as possibilidades de reinvenção da vida estão pautadas nessas contradições e no profundo abismo social entre esses segmentos sociais empobrecidos e a chamada cidadania plena.

### Referências bibliográficas

---

- BAIERL, Fátima Luzia. *Personagens e enredos de cenas de medo e violência na cidade de Santo André, SP*. São Paulo: PUC-SP, 2003. [Tese de doutorado.]
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. (Trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro). 34 ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Memória e relato: a escuta do outro". *Revista do Arquivo Municipal — Memória e Ação Cultural*, São Paulo, 1993:5.
- PAVEZ, Graziela Acquaviva; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. *Relato Final de Pesquisa — As famílias de vítimas de homicídio em São Paulo — anos de 1998-1999*. São Paulo, 2002. [Mimeo.; no prelo].



Texto **15**

## Gestão de programas sociais — Referenciais teóricos para monitoramento e avaliação<sup>1</sup>

Mariangela Belfiore Wanderley  
Rosangela Dias Oliveira da Paz  
Carola Carbajal Arregui

### Introdução

A questão da avaliação, seus métodos e suas imbricações políticas, tem sido objeto de estudo e reflexão de vários autores, grupos de pesquisadores, consultores e ocupa um espaço significativo tanto na literatura acadêmica quanto técnica. Para alguns observadores críticos, o emprego cada vez mais freqüente da palavra avaliação tem a aparência de um “efeito moda” refletindo a necessidade de se dar um novo *status* a certas práticas que vão da pesquisa aplicada à consultoria de gestão (PERRET, 1997).

A demanda pela avaliação guarda intrínseca relação com as mudanças globais, a reforma do Estado e a necessidade da produção de informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas.

É sabido que, no Brasil, não há tradição de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação, embora se tenha avançado nesse aspecto nos últimos 20 anos. Sistemas de avaliação criaram e construíram índices tanto de medição das condições de vida<sup>2</sup>, como de medição de níveis de exclusão/inclusão social<sup>3</sup>, de pobreza<sup>4</sup> e de acompanhamento do desenvolvimento de famílias que participam de programas sociais<sup>5</sup>.

É inegável, portanto, o reconhecimento de que houve crescente demanda, especialmente na última década, pela construção de indicadores sociodemográficos com o objetivo de elaborar planos diretores urbanos, planos específicos em políticas específicas (como

<sup>1</sup> Este texto é uma síntese conceitual formulada coletivamente, a partir dos estudos e debates do Núcleo SIGS — monitoramento e avaliação, do Instituto de Estudos Especiais — IEE da PUC-SP, do qual fazem parte os seguintes pesquisadores: Ana Rojas Acosta, Carola Carbajal Arregui, Denise Blanes, Dirce

educação e assistência social). Isso se deu por preocupação de ordenamento das ações municipais locais, por exigência legal ou por pressão política da sociedade local (JANNUZZI; PASQUALI, 1999).

Este texto apresenta os principais referenciais teóricos que fundamentam as construções metodológicas e instrumentais do processo de monitoramento e avaliação de programas sociais desenvolvido pelo Instituto de Estudos Especiais — IEE/PUC-SP. Resultante de pesquisas sistemáticas, o IEE criou uma ferramenta informacional denominada Sistema de Informação para Gestão Social — SIGS, utilizada no processo de monitoramento no Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP<sup>6</sup>.

### **Avaliação e monitoramento de programas sociais**

Muitas vezes, os termos monitoramento e avaliação são usados como sinônimos. Entretanto, são conceitos diferentes dos quais decorrem metodologias e estratégias similares, mas também diferenciadas, que possibilitam medir a efetividade das intervenções de um programa ou projeto e auxiliam a tomada de decisões políticas e gerenciais. Devem, principalmente, avaliar se um projeto continua a ser relevante, tendo em vista as necessidades da população.

Pode-se dizer que monitoramento e avaliação são processos avaliativos de uma determinada política, programa ou projeto social. Mas a avaliação é entendida como um processo mais amplo, conduzido a intervalos regulares por equipes internas e, principalmente, externas ao programa ou projeto. Está relacionada à relevância, desempenho, eficiência, resultados e impactos do projeto no contexto dos objetivos estabelecidos, podendo se dar, antes, durante e depois do término dos trabalhos.

### **A avaliação**

A avaliação é o exame sistemático e crítico dos objetivos de uma política ou de um programa, de sua implementação, de seus resultados e de seu impacto social. Deve ser entendida como um instrumento para a tomada de decisões e para o controle social das políticas públicas, aquelas que se desenvolvem em esferas públicas da sociedade.

No contexto da democratização, reforma do Estado e da descentralização política, administrativa e tributária aprovada na Constituição de 1988, a avaliação ganhou relevo frente ao imperativo de maior coerência das ações públicas, de maior eficácia e de transparência da gestão pública. Passou a ser preciso produzir informações e avaliações para fins de

Koga, Frederico Ramos, Mariangela Belfiore Wanderley, Marcelo Turine e Rosângela Dias Oliveira da Paz.

<sup>2</sup> Por exemplo, Índice de Desenvolvimento Humano — IDH/PNHD.

<sup>3</sup> *Mapa da inclusão/exclusão social*, produzido pela PUC-SP, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — Inpe e Instituto Pólis, sob a coordenação de Aldaíza Sposati.

<sup>4</sup> Linha de pobreza e indigência do IPEA, FGV, Banco Mundial.

<sup>5</sup> IDF, Índice de Desenvolvimento da Família, criado por Ricardo Paes de Barros, do IPEA.

<sup>6</sup> O SIGS está apresentado no texto "Metodologia de monitoramento e avaliação do trabalho com famílias", de ARREGUI et alli.

formulação de políticas públicas. Nessa direção, impõe-se a necessidade de racionalidade, de otimização, de transparência da ação pública.

“A avaliação se anuncia no espaço público como uma interrogação transparente, aberta e sem preconceito, com a vocação de produzir argumentos compreensíveis para cada cidadão, sobre o ‘valor’ e o impacto social das ações públicas. [...] Nesse sentido, a reivindicação avaliativa é orientada pela busca do bem comum, ou seja, tem uma dimensão ética — ética do conhecimento científico, do debate democrático e ética da responsabilidade.”<sup>7</sup> (PERRET, 1997: 283).

É um processo que permite adquirir um crescente conhecimento dos setores onde a política pública intervém. Assim, seus objetivos e modalidades são melhor fixados e capta-se as demandas da sociedade. Isso ilumina o contexto da gestão pública e imprime coerência às ações públicas.

A avaliação é uma exigência da democracia<sup>8</sup>. Pode contribuir para a intensificação do diálogo público, ao oferecer dados consistentes e colaborar para que os cidadãos não apenas tomem conhecimento, mas formem seu próprio julgamento sobre as ações públicas. É, portanto, uma atividade cognitiva<sup>9</sup>, normativa e instrumental<sup>10</sup>, uma prática específica, uma otimização da ação pública e um avanço democrático. Ela pode se referir a diferentes objetos: políticas, programas, projetos e ações — que se distinguem por seus diferentes graus de abrangência — e responder a diferentes objetivos.

Como a realidade é complexa, o que implica em conhecimentos múltiplos determinados e determinantes, o processo de avaliação é permeado por diferentes e diversas visões e interpretações, mecanismos de poder, conflitos de interesses presentes nas relações que se estabelecem no espaço e no tempo onde se atua.

Não existem critérios simples e universais que permitam identificar uma única solução como “satisfatória” para o desenvolvimento de um processo avaliativo. Os critérios que vão se definindo não são permanentes, mas construções políticas negociadas entre os vários sujeitos, em estreita relação com o conhecimento. Uma das particularidades da avaliação é que ela deve envolver o conjunto de sujeitos numa dimensão participativa.

<sup>7</sup> Perret vai buscar em Weber, em duas conferências que datam de 1919, sobre “A profissão e a vocação do sábio” e a “A profissão e a vocação do homem político”, os fundamentos para a discussão das relações entre as ciências sociais e a ação política. Nessas obras pode-se encontrar uma defesa clássica, muito bem argumentada, da especificidade ética de cada uma das duas vocações. Nas suas origens, a avaliação foi muito marcada pelo pensamento weberiano, como uma técnica de racionalização da decisão pública para mensurar suas consequências, fundamentada quase que exclusivamente em métodos quantitativos.

<sup>8</sup> É interessante notar que já na declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no seu artigo 15, está assim expresso: “A sociedade tem o direito de solicitar a todo agente público a prestação de contas de sua administração”.

<sup>9</sup> Há autores como Duran [1997] que consideram a avaliação como uma atividade de produção de um “conhecimento engajado” e, nesse sentido, podendo ser considerada como um modo específico de institucionalização da pesquisa aplicada.

<sup>10</sup> As diferentes críticas feitas à avaliação, tanto de caráter epistemológico quanto político (pressupostos positivistas inspirando protocolos experimentais; pouca utilização dos resultados das avaliações) acabaram por deixar um saldo positivo na revalorização dos métodos “qualitativos”, numa concepção mais complexa do impacto social da avaliação que vai se impondo progressivamente, na percepção do seu caráter formativo; no reconhecimento de que pode ser um recurso útil para o conjunto dos atores e que contribui para o *empowerment* (empoderamento) dos grupos sociais envolvidos.

Não cabe neste texto uma exposição exaustiva sobre elementos e conceitos da avaliação de programas sociais. Foi adotada a concepção de Draibe (2000), quanto ao tipo e a natureza da avaliação. No que se refere ao programa a ser avaliado e a metodologia de avaliação, há dois tipos básicos: a avaliação *ex-ante* e a avaliação *ex-post*. A primeira é realizada durante as fases de preparação e formulação do programa, e a segunda é feita concomitantemente ou após a realização do programa. Quanto à sua natureza, as avaliações podem ser classificadas como: de resultados e de processos.

### Classificação das avaliações

Quanto à **relação temporal** entre o programa a ser avaliado e o processo de avaliação:

#### **Avaliação *ex-ante***

Precede o início do programa, ocorrendo em geral durante as fases de sua preparação e formulação. Também chamada de avaliação diagnóstico.

#### **Avaliação *ex-post***

Realiza-se junto ou após a realização do programa

Quanto à **natureza**, distinguem-se entre:

#### **Avaliação de resultados ou impactos**

Para verificação do cumprimento dos objetivos; o quanto e com que qualidade foram cumpridos.

#### **Avaliação de processo**

Tem como foco o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas. Tem como objetivo fundamental detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitam ou impedem que um programa atinja os resultados pretendidos.

Fonte: DRAIBE, 2000

### 0 monitoramento

O monitoramento identifica-se com o acompanhamento e com a avaliação sistemática e contínua, tanto das atividades, insumos, recursos, como dos efeitos e impactos das ações desenvolvidas. Deve fazer parte integrante da gestão, construído por dentro do projeto e ocorrer durante a sua execução, permitindo ajustes nos objetivos e ações.

É um processo limitado no tempo, no espaço e nos objetivos das ações propostas, mas não é uma atividade pontual. Necessita ser sistemática e contínua. Isso significa construir um sistema de monitoramento capaz de oferecer informações necessárias para a gestão e também para uma avaliação geral do projeto, de sua implementação, resultados e impactos.

O monitoramento é entendido como um processo de avaliação permanente que permite coletar, armazenar, analisar e utilizar informação do projeto, retroalimentando o próprio projeto desenvolvido. Como parte integral do projeto, subsidia a tomada de decisão política quanto a propósitos, processos de ação e alocação de recursos. Um sistema desses

deve prover um registro contínuo de informações e dados. O que registrar e como registrar é a base de um sistema definido previamente e de acordo com os objetivos do programa e dos gestores. Essa base de dados e o pleno funcionamento do sistema permitirão elaborar sínteses e relatórios analíticos de monitoramento e oferecer informações para futuras avaliações.

Quando esse sistema é abrangente, envolve os múltiplos aspectos de um projeto. Por exemplo, as fases de implantação, o orçamento, os resultados ou efeitos sobre a situação objeto da intervenção. Entretanto, o monitoramento pode ser parcial, ao focar um determinado aspecto para acompanhar e analisar de forma sistemática. Porém, independente da opção feita, deve olhar para as necessidades daqueles para quem o projeto foi criado e para as mudanças mais imediatas e observáveis com relação à situação inicial e aos objetivos estabelecidos.

Tanto o monitoramento quanto a avaliação exigem que se faça um planejamento e estruturação do sistema. Isso inclui a pesquisa e a definição de: indicadores, métodos e técnicas de coleta de dados, instrumentos e ferramentas de armazenamento das informações, desenvolvimento de tecnologias apropriadas, fluxos de monitoramento, instrumentos de interpretação e análise dos dados.

### **Instrumentos de medição e mediação social**

De maneira geral, entende-se que indicadores são instrumentos de medição, conjunto de variáveis, medidas indiretas, consistentes, específicas e sensíveis, que possibilitam captar e medir um conceito. São, também, instrumentos de mediação<sup>11</sup> — pois possibilitam olhar para o real sob ângulos determinados —, de captar aspectos e processos da realidade social cuja a totalidade é de difícil apreensão. Ao mesmo tempo, resultam de escolhas dos sujeitos e das múltiplas relações que se estabelecem em um determinado contexto histórico e cultural. Indicadores sociais somente têm significado se inseridos nas relações sociais e práticas sociais que o determinam.

Conforme afirma Valarelli:

“Indicadores são instrumentos que, a par de poderem ser bastante simples, resultam de um conjunto de mediações complexas, ao mesmo tempo em que são também mediadores de várias práticas e relações político-comunicativas. É apenas no interior destas relações, no contexto da práxis na qual estão imersos, que adquirem sentido” (VALARELLI, 2001).

Indicadores sociais enquanto instrumentos de medição e mediação social expressam concepções e pactos socialmente construídos. Por isso, a legitimidade de um conjunto ou sistema de indicadores depende de sua construção histórica, do processo político,

<sup>11</sup> Valarelli (2001) discute o conceito de instrumento de mediação no texto base do GT Indicadores da Plataforma NOVIB.

das conjunturas nacionais e internacionais, do diálogo que estabelecem os diferentes sujeitos sociais. Não há a menor possibilidade de que avaliações de políticas públicas sejam meramente técnicas ou neutras. Elas carregam dentro de si escolhas e valores que orientam as relações que se estabelecem entre a política e seus resultados.

Segundo Jannuzzi (2001), o indicador social para a pesquisa acadêmica é “o elo de ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados”, e para a formulação de políticas públicas, é um instrumento operacional, de monitoramento, avaliação, formulação e reformulação de políticas públicas.

“Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa, dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.” (JANNUZZI, 2002: 54)

Pesquisas nacionais e internacionais concluem que o Brasil tem a maior injustiça e desigualdade de renda do continente sul-americano. Relatórios de diferentes organismos internacionais (BID, PNUD, por exemplo) indicam-no como um dos países mais desiguais do planeta. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la implica na adoção de estratégias múltiplas, transversais, que combinem políticas públicas estruturantes, universais e compensatórias. Da mesma forma, para monitorar e avaliar programas e projetos de combate à pobreza é preciso buscar construir indicadores multissetoriais e multidimensionais que possibilitem apreender a dinâmica social.

No caso do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP, um conjunto de indicadores foi desenvolvido, mas deve-se observar que eles foram construídos na perspectiva da multissetorialidade e multidimensionalidade<sup>12</sup>.

### **Pressupostos conceituais para o monitoramento do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP**

Para a montagem de um sistema de monitoramento do Programa Fortalecendo a Família partiu-se de pressupostos conceituais que orientaram as escolhas metodológicas do Programa e da própria equipe de monitoramento.

O trabalho socioeducativo tem como eixos principais a autonomia e a cidadania. Centra-se na família e em suas relações sociais, no acesso desta a políticas públicas para a construção do sujeito de direitos (individual e coletivo). Além disso, compreende o território como instância articuladora de todo o processo desenvolvido.

Com esse recorte é necessário indicar os conceitos de família, de território e de políticas públicas que embasam a proposta de monitoramento. De acordo com Campos (2004) a família contemporânea não pode ser vista “apenas como o espaço das relações privadas.

<sup>12</sup> Vide texto, “Metodologia de monitoramento e avaliação do trabalho com famílias”, de ARREGUI et alli (2004).

Estas estão fortemente conectadas ao contexto social, num jogo de trocas de duas direções [...], trata-se de uma construção não apenas privada, mas pública”.

A família atual está em mutação. É preciso conhecer o significado desse movimento, do ponto de vista subjetivo e da estruturação social, de modo as políticas públicas responderem a essa realidade. Conforme aponta Campos (2004), a família deve ser considerada sob risco, “tanto na vulnerabilidade advinda da mudança nos seus vínculos afetivos e sociais como na sobrecarga trazida pela piora econômico-financeira”.

Focalizar o trabalho na família significa reconhecer que este é um espaço a ser cuidado, enquanto possibilidades e construção de novas alternativas, e não um objeto para amortização de conflitos e de carências sociais (MIOTO, R., 2001).

O trabalho social com famílias deve, necessariamente, ser pensado em seu aspecto territorial, já que as relações sociais e o acesso a serviços e políticas públicas dão-se num espaço definido. Ao mesmo tempo, a relação território-políticas públicas é uma dimensão básica para a gestão pública e o controle social<sup>13</sup>.

A seguir, apresenta-se a compreensão sobre o tema da pobreza, exclusão e desigualdade social e sobre os programas de transferência monetária, pois, estes compõem o cenário em que se desenvolve o Programa Fortalecendo a Família. Destaca-se, também, o conceito de autonomia e cidadania enquanto categoria estruturante do sistema de monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido com famílias.

### **Pobreza, exclusão social e desigualdade social**

É clara a centralidade das temáticas das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social, como manifestações de uma sociabilidade própria das sociedades capitalistas. Desde meados dos anos 1990, aprofundaram-se os estudos e construiu-se o entendimento de que a pobreza<sup>14</sup> e a exclusão social são indicadores de um lugar social, de uma condição de classe, a expressar relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, a produzir e reproduzir a desigualdade, nos planos social, político, econômico, e definem para os pobres um lugar na sociedade.

Essa é uma questão social recorrente que perdura desde o período da colonização no continente latino-americano. Trata-se de um processo de empobrecimento histórico e social, dado por determinantes econômicos, políticos e culturais, e tende a ser reproduzido por meio de mecanismos que o reforçam e expandem.

A pobreza é produzida e reproduzida no seio das relações sociais. Os pobres apresentam-se destituídos de poder, trabalho e informação, para além dos indicadores clássicos de renda. Face a esse quadro de pobreza e exclusão, potencializadas pelas contundentes

<sup>13</sup> Os temas Família e Território estão amplamente desenvolvidos nos textos de Marta Campos (2004), “Fortalecendo famílias” e de Koga e Ramos (2004), “Território e políticas públicas”.

<sup>14</sup> Pesquisadores do IEE participam de várias equipes de pesquisa (dentre elas Programa SIRS — “Santé, Inégalités et Ruptures Sociales: um estudo comparativo entre seis metrópoles do mundo” — PUC-SP, e “A proteção social a serviço da inclusão social” — Capes-Cofecub — PUC-SP). Portanto, há um acúmulo teórico coletivo que está contido nas reflexões sobre as temáticas da pobreza, exclusão/inclusão social e desigualdades aqui apresentadas.

desigualdades que caracterizam a realidade brasileira, são fundamentais estudos sobre a intervenção do Estado brasileiro. Estes refletem e são refletidos nos significados atribuídos ao conceito de inclusão social, que segundo alguns autores, tende a substituir o de pobreza<sup>15</sup>.

Medir a pobreza em termos de renda é elemento indispensável para elaborar diagnósticos. Mas está longe de esgotar a análise dos fenômenos nela contidos — daí seu inerente caráter multidimensional e a indispensável utilização de uma grade analítica que dê conta das inter-relações existentes.

São muitos os estudos e pesquisas que abordam estas temáticas, desde os clássicos das ciências sociais e econômicas até as mais contemporâneas reflexões. Os temas também estão presentes na mídia, no senso comum, no discurso político e nos planos e programas governamentais.

O debate sobre a pobreza cresce na Europa e na América Latina, com o surgimento das grandes cidades e o crescente afluxo das populações oriundas do campo que se instalam nas cidades em condições de extrema precariedade. A pobreza urbana e suas conseqüências protagonizam o debate, como afirma Lena Lavinas (2003: 2)

“A pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana.”

É nesse contexto que vai emergir, também, o amplo debate em torno da noção de exclusão social:

“Isso se tornou ainda mais evidente à medida que a pobreza cedeu lugar, nas décadas mais recentes, à exclusão. Falar de exclusão social é tomar um registro mais amplo do que o da carência ou do déficit de renda para informar o debate da pobreza. É transitar do universo restrito do não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento. Falar de gestão urbana hoje é falar da construção da cidadania, e isso vem produzindo um deslocamento do espaço institucional da questão social da pobreza, que deixa o eixo do Estado e migra para as esferas locais de governo. Uma nova alteridade social emerge. Os atores são aqueles presentes nas arenas do cotidiano urbano, onde se define, com base na história, na cultura, nas relações econômicas dominantes e

<sup>15</sup> Euzéby Chantal, “L’inclusion sociale: un défi majeur pour les systèmes européens de protection sociale”, apresentado no Seminário Internacional — Mínimos de Cidadania e Benefícios a Idosos e Pessoas Deficientes: Brasil, França, Portugal, realizado pelo NEPSAS/PUC-SP em maio de 2002.



na forma de inserção no mundo global, nos padrões de sociabilidade existentes em cada localidade, o campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a pobreza.” (LAVINAS, Lena, 2003: 2)

A noção de exclusão social, sobretudo a partir dos anos 1980, tornou-se familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades para referir-se à desigualdade social, à pobreza e à maioria dos problemas sociais. Noção polissêmica foi e é utilizada para nomear diferentes situações de carência e/ou privação, desde os tradicionais mendigos, pedintes, vagabundos, marginais, personagens históricos estigmatizados que ocuparam cenários sociais no decorrer dos séculos, até o que se convencionou chamar, não sem polêmica, de nova pobreza ou de novas formas de exclusão, decorrentes das transformações do mundo do trabalho e da sociedade salarial, a partir dos anos 1980.

Na literatura brasileira, muitos foram os conceitos, forjados e trabalhados por autores diversos, que buscaram explicar as situações de pobreza e desigualdade social recorrentes em nosso país desde os tempos da colonização, bem como a situação de pobreza na América Latina, a partir das especificidades históricas e conjunturais.

Nesses estudos destacam-se os conceitos de marginalidade<sup>16</sup> e de dualidade<sup>17</sup> gestados na esteira dos processos de urbanização e industrialização; as reflexões sobre o exército industrial de reserva, que contestam a adjetivação de “marginais” àqueles que integram as engrenagens produtivas de forma desigual, expressando as relações de exploração e dominação constitutivas da sociedade capitalista<sup>18</sup>. Esses conceitos parametrizaram análises, políticas e ações naquele momento histórico, que reconheceram que a questão é inerente ao modo de produção capitalista e, sobretudo às sociedades dependentes “que ao adotarem o modelo de substituição de importações dão lugar à constituição de um mercado dual [...] A pobreza é retratada pela expansão dos excedentes populacionais, pelos grupos marginais que não encontram trabalho no setor formal e moderno da economia [...]” (LAVINAS, 2003: 22).

Não é por acaso que surgem e se intensificam estudos sobre as favelas, que passam a colher esses contingentes populacionais, principalmente em São Paulo e no Rio de

<sup>16</sup> Foi possivelmente R. Park (Human migration and the marginal man, 1928), quem utilizou inicialmente o termo marginalidade, fiel aos princípios da Escola de Chicago. São expressões desse período as obras de F. H. Cardoso et al. *Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Cebrap, 1971, em especial, “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”; Luiz Pereira. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, em especial, “Populações marginais”; Maria Célia Paoli. *Desenvolvimento e marginalidade*. Livraria Pioneira Editora, 1974. Na América latina, não podem deixar de ser citadas as contribuições de Aníbal Quijano, como “Urbanización, Cambio Social y Dependencia”. *En America Latina. Ensayos De Interpretacion Sociologica*, Fernando Henrique Cardoso y Francisco Weffort (eds.), Editorial Universitaria, 1967. Santiago, Chile; “Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina”. División de Asuntos Sociales, CEPAL, 1969, dentre outros, à luz da noção de dependência, que tiveram e influência significativa no pensamento brasileiro.

<sup>17</sup> Estes conceitos marcaram as décadas de 1960-1970, por influência do pensamento da CEPAL, também como a teoria da dependência.

<sup>18</sup> Destacam-se aqui os vários estudos de L. Kowarick, dentre eles *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. “Os cidadãos da marginal”. *Revista Argumento*, n. 1, 1973. *Espoliação urbana* [1979]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, voltados aos contingentes espoliados nas cidades capitalistas, despojado dos direitos mínimos de cidadania e excluídos dos benefícios urbanos.

Janeiro, onde os pesquisadores vão buscar seus fundamentos empíricos para as noções teórico-metodológicas então em voga<sup>19</sup>.

Estas análises foram contestadas por Francisco de Oliveira (1975), em sua obra clássica de crítica à razão dualista. O autor demonstra que a exclusão era consequência da não distribuição dos “ganhos da produção” e não da disfuncionalidade da integração produtiva dos trabalhadores.

Nos anos 1980, na conjuntura brasileira de “transição democrática”, novos atores sociais ocupam a cena e dão visibilidade aos chamados novos movimentos sociais<sup>20</sup>. Isso faz emergir o debate sobre a questão democrática, a importância do território para a cidadania, a precariedade das chamadas políticas sociais, dentre outros<sup>21</sup>. Destaca-se nessa polêmica o conceito de cidadania. Este é aliado às reflexões sobre espaço e sociedade, em vista, inclusive, do agravamento da questão urbana nas grandes cidades brasileiras. À histórica precariedade do acesso aos bens e serviços indispensáveis, junta-se à questão da gestão do patrimônio socialmente construído. Denuncia-se a existência de “cidadãos de segunda categoria” e dos “não cidadãos”, numa sociedade movida pelo consumo, que vive o agravamento dos contrastes entre segmentos da população e o aumento das desigualdades sociais, fruto da concentração de riquezas.

Como já sobejamente analisado por inúmeros especialistas<sup>22</sup>, um amálgama da concepção neoliberal e social-liberal foi posto em prática no Brasil, desde os anos 1990, apesar de o Estado de Bem-Estar Social não ter sido concluído. Isso reflete a política de redução dos recursos do Estado, com a retração orçamentária dos financiamentos referentes ao conjunto das despesas sociais do governo brasileiro.

A noção de exclusão reapareceu, a partir dos anos 1970-1980, nos países industrializados, relacionada à crise às transformações do mundo do trabalho e à chamada crise do Estado de Bem Estar Social (trabalhadores destituídos de sua identidade, empobrecidos e que precisam ser assistidos). No Brasil, bem como em outros países da América Latina, a exclusão é constitutiva do modelo de acumulação, em todas as suas fases, e não somente consequência da globalização dos mercados e flexibilização/precarização do trabalho.

Cabe, aqui, um destaque especial a dois autores que, dentre muitos outros, se destacam nas reflexões sobre a problemática da exclusão e da desigualdade social. Cristovam

<sup>19</sup> No Rio de Janeiro os trabalhos de Lícia Valladares bem exemplificam as pesquisas desse período referentes às favelas e às políticas habitacionais: *Passa-se uma casa*. (1978), *Habitação em questão* (1980) e *Repensando a habitação no Brasil* (1983). Em São Paulo, *Relatório Favelas no Município de São Paulo*. São Paulo: Sebes, redação final de Maura Vêras, 1975, Série Cadernos Especiais n. 1. Suzana P. Taschner. “20 anos de habitação popular”. Cadernos 23 — LAP da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1998. Eva Blay. [org.]. *A luta pelo espaço*. São Paulo: Brasiliense, 1977. Daniel Hogan. [org.]. *Cidade — usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978. Ermínia Maricato. [org.]. *A produção capitalista da casa e da cidade*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

<sup>20</sup> É um clássico desse período o livro de Eder Sader, *Quando novos atores entraram em cena*, São Paulo, 1988.

<sup>21</sup> Estão presentes nesse debate, dentre outros, os seguintes autores: Milton Santos, Lúcio Kowarick, Pedro Jacobi, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, Eva Blay, Lícia Valladares, Alba Zaluar, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Paul Singer, Eder Sader.

<sup>22</sup> Como Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Vera Telles, Marcio Pochmann, Emir Sader, dentre outros.

Buarque, que cunhou o conceito de apartação social<sup>23</sup>, que tão bem designa o processo de distanciamento entre camadas sociais da população brasileira. O foco do conceito de apartação, segundo seu autor, reside no fato de o desenvolvimento brasileiro não provocar apenas desigualdade social, mas uma separação entre grupos sociais. As pessoas desses diferentes grupos não se reconhecem mais como pertencentes a uma mesma “espécie”, há um estranhamento que faz com que não se veja no outro um igual.

Para José de Souza Martins (1997) a imprecisão da noção de exclusão social acaba por dificultar a compreensão dos processos existentes na sociedade brasileira contemporânea. Desenvolve suas reflexões a partir da lógica da desigualdade característica da periferia do mundo globalizado. Nela se enfrenta o desenvolvimento desigual e excludente, evidenciando que “nossas desigualdades são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente, incompletamente”.

Questiona, ainda, o reducionismo interpretativo do conceito de exclusão à esfera da economia, e trabalha com a idéia de processo de exclusão (exclusão integrativa ou ainda inclusão precária, marginal e instável) que concebe como expressão das contradições do sistema capitalista e não como fatalidade. Analisa, em seus inúmeros trabalhos, tal noção de exclusão como integrante da sociedade brasileira. Trata-se da exclusão que supõe uma modalidade de participação, que paradoxalmente se define pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. Dimensão que é estrutural e, que por isso mesmo, não se resolve no âmbito do capitalismo, excludente por natureza.

Os anos 1990 viram também surgir na agenda dos governos socialistas (como na França) ou populares (como em governos municipais brasileiros) ações, programas e políticas sociais de enfrentamento da exclusão e de promoção da inclusão social. Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais foram criados e denominados de “Inclusão Social”. Financiamentos internacionais foram postos à disposição de organismos governamentais e não governamentais para implementação de ações de inclusão social<sup>24</sup>.

Essa dialética inclusão/exclusão social tem sua expressão mais forte em contextos de pobreza e da nova divisão social do trabalho, demarcada pela precarização deste e pelo desemprego estrutural.

Não foi por acaso que na última década do século XX, o tema da pobreza passou a ocupar progressivamente a agenda internacional. Isso se deu inclusive a partir de publicações do Banco Mundial, num enquadramento geopolítico e macroeconômico. Outros dois temas também foram reforçados no âmbito dos organismos internacionais e divulgados pelo mundo: desenvolvimento humano (PNUD) e desenvolvimento sustentável (ONU — ECO 92).

<sup>23</sup> Cristovam Buarque divulga a expressão, primeira vez, no seu livro *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa* e a consolida em outro livro *O que é apartação* (1994), de modo a substituir a expressão *apartheid social*, utilizada para indicar a separação entre incluídos e excluídos, e não apenas entre brancos e negros, como no caso da África do Sul. O *Relatório de Desenvolvimento Humano* da ONU, de 1994, incluiu o termo apartação em sua publicação.

<sup>24</sup> Como por exemplo, o Programa Integrado de Inclusão Social, da Prefeitura Municipal de Santo André, que teve dentre seus financiadores, a Comunidade Européia.

### Fronteira entre linhas

---

As políticas de luta contra a pobreza decorrem desse cenário e foram objeto de inúmeros estudos e análises. Estes forjaram a elaboração de uma bateria de indicadores, quantitativos e qualitativos, e de infindáveis discussões em torno das “linhas de pobreza”, buscando fixar os limites de separação entre pobres e não pobres. Tal fronteira tem se demonstrado de difícil delimitação, pois depende de elementos históricos, estruturais e conjunturais que vão além dos dados quantitativos, e, portanto nem sempre fáceis de serem traduzidos em escalas ou medidas (BERNARD, F., 2002).

Sabe-se que as definições das linhas de pobreza e de extrema pobreza e os resultados decorrentes de cada metodologia (número e percentuais de pobres e indigentes) envolvem um grau razoável de arbitrariedade. Linhas mais altas resultam em contingentes mais altos de pobres e de indigentes. Cada pesquisador opta pela linha que lhe parece a mais adequada. É por isso que ocorrem, freqüentemente, grandes polêmicas sobre o “verdadeiro” número de pobres, bem como manchetes conflitantes sobre a “verdadeira” proporção de indigentes. Na sociedade brasileira atual os efeitos da pobreza são amplificados pela enorme distância entre os grupos sociais cravada pelas desigualdades sociais. A persistência da desigualdade está patente nos dados do censo 2000, tanto segundo indicadores estritamente de renda, como pelos indicadores de condições de vida, em que pese a melhoria de alguns deles.

Acumulam-se e sobrepõem-se carências desafiando possíveis soluções. Limites de ordem estrutural, como a falta de emprego e a má distribuição de renda, ao lado de um padrão de intervenção caracterizado pela baixa efetividade, agravam-se no contexto de crise das políticas sociais nas últimas décadas. Crise que, por sua vez, se explica nos marcos da reestruturação do capitalismo globalizado. E que, como sabemos, tem sido implementada por meio de políticas conservadoras assentadas no ideário neoliberal. Isto em um contexto de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas. Tal contexto coloca novas configurações e expressões para a questão social brasileira, dentre as quais destacam-se a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho, e a penalização dos trabalhadores que se vêem sem nenhuma proteção social.

As opções políticas, tanto no Brasil como na América Latina, foram impregnadas pelo “economicismo”. A política econômica subjugou a social, apoiada na falsa equação “redução de gasto público = redução da proteção social”. Houve quase uma desistência de integração dos grupos sociais empobrecidos, quer à produção, quer à cidadania. Esse fato aumentou as desigualdades, a segregação e o confinamento. Criou uma crescente incomunicabilidade entre as classes sociais. Como então cultivar valores como a democracia e a cidadania?

A opção pela implementação, da que vem sendo chamada por alguns de “nova geração de política social e do trabalho”, exige aprofundar as estratégias de gestão que possam vir a romper de forma efetiva com a reprodução do ciclo de pobreza e de desigualdade, sobretudo de renda no Brasil, e se constituam em estratégias de inclusão social.

O Estado brasileiro, em seus diferentes níveis, não tem se mostrado em geral preparado para responder à diversificação de situações existentes na sociedade. Retorna,

assim, à agenda de reflexão a relação inclusão social e cidadania, considerados os diferentes modos de inserção dos diferentes grupos sociais.

### **Programas de transferência monetária**

Uma vez que as desigualdades sociais são a marca mais contundente da realidade brasileira, é preciso reconhecer: a política social em nosso país não tem tido papel redistributivo.

“A dimensão assistencial da seguridade social, por exemplo, jamais deu lugar no Brasil à formulação de uma política social de combate à pobreza que garantisse, como princípio elementar de cidadania, a cobertura integral da população carente, por tempo indeterminado, assegurando transferências num montante e no escopo adequados ao seu grau de privação e destituição. Não existe uma política nacional de combate à pobreza no Brasil, nem sequer mecanismos de proteção básica contra níveis agudos de pobreza, senão programas tópicos, descontínuos, que estão longe de oferecer uma rede mínima de assistência, efetiva e digna. Por isso mesmo, a pobreza no Brasil é também uma forma de exclusão institucional, que coloca em xeque a cidadania. A política assistencial no Brasil jamais promoveu a inclusão social e a equidade. E a pobreza mantém-se como um fenômeno estrutural de grandes proporções, com uma dimensão crônica e persistente importante”. (LAVINAS, 2003: 62)

O potencial dos Programas de Renda Mínima-PRM, como estratégias de enfrentamento da pobreza, torna-se relativo se as causas estruturais do fenômeno não forem enfrentadas. No entanto, é real sua capacidade de atenuá-la e de dirigir-se para a atitude de enfrentar e alguns dos mecanismos que a reforçam e contribuem para sua reprodução social. Mas é preciso que as políticas sociais, os programas e as ações não objetivem a perspectiva individualizada da suplementação da renda e da inclusão das crianças e dos adolescentes na escola, mas desenvolvam ações coletivas com esses grupos que reforcem políticas públicas indutoras da inclusão social e da cidadania.

A política pública de transferência de renda, operacionalizada mais recentemente em programas chamados de Renda Mínima, Bolsa-Escola, têm sua origem na aprovação, pelo Senado, em 1991, do Projeto de Lei 80/91, do Senador Eduardo Suplicy, que propôs a instituição do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima. No entanto, as experiências pioneiras devem-se à iniciativa de municípios, como Campinas e Ribeirão Preto que implantaram seus próprios programas em nível local, ao lado do Distrito Federal, em 1995.

Foi somente em 2001, com a aprovação da Lei Federal 10219/01 que se instalou no país um programa nacional de transferência monetária — o Bolsa-Escola, vinculado ao Ministério da Educação.

O governo Lula tem, entre suas prioridades, o combate à fome, por meio de um programa de âmbito nacional — Fome Zero. Este propõe uma política integrada de segurança

alimentar e abrange políticas emergenciais que devem ser acompanhadas de políticas educativas (em relação aos hábitos alimentares), organizativas (para a defesa de direitos) e emancipadoras (visando a autonomia). Supõe, ainda, que essas políticas sejam acompanhadas de políticas estruturais (de geração de emprego e renda, previdência social universal, reforma agrária etc.).

Após uma década da implantação do primeiro programa de renda mínima familiar no Brasil já é significativa a literatura existente, a partir de pesquisas e observações sistemáticas, com diversas concepções, análises e avaliações sobre os programas de transferência monetária.

O tema é polêmico desde sua origem, pois embute concepções diferentes quanto à pobreza e seu equacionamento. Há quem entenda a pobreza unicamente em relação à renda e acesso a bens e serviços. E desconsidere um conjunto de outras relações e condições que a engendram, como as desigualdades de poder, que se dão no interior do mercado, e suas iniquidades entendidas como questões que devem ser negociadas no terreno dos conflitos sociais, garantindo aos indivíduos, na melhor das hipóteses, condições para disputar seu lugar no mercado. Assim, a pobreza não é considerada como problema que exige a mediação de direitos, da representação coletiva e da difícil negociação entre interesses conflitantes<sup>25</sup>.

Nessa ótica, a transferência de renda, pressuposto dos PRM, é defendida como estímulo para a integração dos indivíduos no mercado. A seletividade e a focalização são definidos como alternativas à perspectiva universalista dos direitos. Esse enfoque possui uma nítida cisão entre economia e equidade, mercado e direito.

Programas de transferência monetária com foco nas famílias, espalharam-se por todo o país, e podem vir a ser a mais ampla dimensão do Sistema de Proteção Social Brasileiro. Quase todos têm, como característica comum, o incentivo de inserção e permanência das crianças (sobretudo de 6 a 14 anos) na escola<sup>26</sup>. Para muitos, esta é uma forma de interromper o ciclo perverso da pobreza, a cadeia da pobreza geracional, pela articulação de uma política compensatória (de transferência de renda) com políticas estruturantes (saúde, educação, trabalho e geração de renda etc.).

### **Contrapartidas**

---

Por outro lado, diversas análises vêem os programas de transferência monetária como apenas compensatórios. Embora considerem que esses projetos possam ter efeitos distributivos, acreditam que estão longe de equacionar os graves problemas gerados pela reestruturação produtiva, inclusive no tocante ao sistema de proteção social, e não apresentam alternativas para mudanças estruturais.

<sup>25</sup> Ver, nesse sentido, as obras de Vera Telles, dentre outros.

<sup>26</sup> A idéia básica é de que a escola é o lugar onde devem estar essas crianças e não nas ruas ou no trabalho. Inserem-se nessa perspectiva os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, criado pelo governo federal na segunda metade dos anos 1990). O Programa Bolsa Escola, vinculado à educação nacional, substituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima, tendo sido implantado, a partir de 2001 em grande parte dos municípios brasileiros.

A exigência de contrapartidas tem sido também objeto de debate. O princípio da condicionalidade<sup>27</sup> inscreve-se, para alguns, no modelo disciplinar da Lei dos Pobres, substituindo a lógica do *Welfare* (do Estado Social) pela lógica do *Workfare*<sup>28</sup>.

No contexto atual de prioridade governamental ao enfrentamento à pobreza, o maior desafio é a verificar a efetividade dos programas de transferência/complementação de renda. Não só como estratégias de redistribuição da riqueza, mas também, na constituição de um sistema de proteção social permanente e contínuo<sup>29</sup>.

### Autonomia e cidadania

A partir desta concepção de pobreza, da sua constante problematização enquanto questão social, bem como das suas formas de enfrentamento, e da situação específica das famílias que participam de programas de complementação de renda, as reflexões conduziram-se para a noção de necessidades humanas. Chega-se, assim, ao conceito de autonomia, o qual vem parametrando a construção dos indicadores sociais para monitoramento e avaliação de programas de transferência monetária ou de complementação de renda.

O termo autonomia deriva do grego *auto + nomia*, lei própria e significa independência, autodeterminação. No dicionário filosófico, tal termo é concebido como a faculdade que tem uma pessoa ou uma organização de se auto-regular, através de suas próprias regras: a possibilidade ou capacidade de reger-se por si mesmo.

A utilização desse conceito básico assume diferentes perspectivas, desde a mais individualista até as que inserem o indivíduo no grupo social. O conceito tem sido associado a diferentes significados, tão diversos como auto-determinação, direito de liberdade, privacidade, escolha individual, livre vontade. No entanto, todas as teorias concordam que duas condições são essenciais à autonomia: liberdade (independência do controle de influências) e ação (capacidade de ação intencional).

Uma pessoa autônoma é capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção dessa deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre as opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações.

A busca de fundamentos para conceituar a autonomia levou a equipe do IEE a dois estudiosos ingleses, Len Doyal e Ian Gough<sup>30</sup>, em sua *Teoria das necessidades humanas*.

Da mesma forma, Lena Lavinas (2003), também foi buscar subsídios nesses autores e destaca a transformação da pobreza em problema, enquanto questão social que se

<sup>27</sup> O princípio da condicionalidade significa a obrigatoriedade de manter crianças na escola, como a maioria dos programas de renda mínima; de inserção em determinadas atividades, como nas Frentes de Trabalho, ou em programas de qualificação profissional para poder receber o benefício da transferência de renda.

<sup>28</sup> Beatrice Majnoni d'Intignano, *La Protection Sociale*. Le livre de poche, Paris, 1993.

<sup>29</sup> No contexto internacional, o constante contato com a literatura e com parceiros (franceses e portugueses) tem enriquecido nossa reflexão, no que pesem as imensas diferenças de realidade entre esses países. Após introduzir programas de transferência monetária, na década de 1980, países como a França discutem atualmente novas formas de distribuição de renda face à reestruturação produtiva e às mudanças do conceito de trabalho produtivo. Pelo menos duas concepções de "renda mínima" estão em debate: uma entendida como neoliberal que preconiza uma renda mínima e condicional de subsistência e outra de uma renda decente e incondicionalmente garantida, chamado de "renda mínima garantida".

<sup>30</sup> *A Theory Of Human Need*, Len Doyal; Ian Gough, 1991.



constrói, progressivamente, em torno da definição do que são necessidades. Como interpretar necessidades, interroga Gough<sup>31</sup>, senão como uma categoria que se refere a objetivos universais, em oposição a vontades ou desejos — estes entendidos como objetivos enunciados com base em preferências individuais e culturais?

Na tentativa de reelaborar a definição tradicional de necessidades básicas, tal como veiculada na década de 1970<sup>32</sup> por grandes organizações internacionais engajadas no combate à pobreza, Gough aponta que a universalidade e a objetividade do conceito residem na compreensão de que se não forem satisfeitas, as carências podem causar sérios danos ao ser humano e comprometer sua trajetória de vida. Daí caracterizar necessidades básicas como todo pré-requisito de cunho universalista indispensável à participação dos indivíduos no desenrolar da sua própria existência.

Não há razão para discorrer extensamente sobre a construção teórica feita pelos referidos autores, mas há que se explicitar alguns dos elementos que orientaram a escolha das variáveis e dos indicadores básicos para o acompanhamento dos programas de transferência/complementação de renda.

Para esses autores, são necessidades básicas saúde e autonomia. E “estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançar objetivos universais de participação social”. Sem elas, não há como se assegurar uma participação social conseqüente, onde possam ser processadas escolhas e atingidos objetivos ao longo da vida. Ainda, segundo os autores, mais do que instrumento adequado para se suprir essas necessidades, as políticas sociais são um dever moral que deve presidir um sistema de proteção social público e universal.

Definem a saúde física como “necessidade básica, porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de viver”; e autonomia básica como “a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões. [...] Ser autônomo, nesse sentido, consiste em possuir capacidade de eleger opções informadas sobre o que se tem que fazer e de como levá-lo a cabo.”

Por fim, preconizam que, apesar das necessidades básicas serem comuns a todos, elas não implicam em uniformidade na sua satisfação. Devem ser contextualizadas no tempo e no espaço socioeconômico, cultural etc. de cada realidade específica. Indicam, 11 variáveis (*satisfiers*) de satisfação das necessidades básicas humanas capazes de “melhorar as condições de vida e de cidadania das pessoas”: alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; acesso ao ambiente de trabalho desprovido de risco; ambiente físico saudável; cuidados de saúde; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento familiar e proteção à infância.

<sup>31</sup> Gough I. (2000). *Global Capital, Human Needs and Social Policies*. Selected Essays: 1994-99. Cap. I. London: Palgrave.

<sup>32</sup> Segundo Townsend P. (1993), op. cit, apud OIT (1976), “necessidades básicas incluem um requerimento mínimo por família no plano do consumo privado: alimentação adequada, vestuário, bem como alguns móveis e equipamentos para o domicílio. Em segundo lugar, inclui serviços essenciais ofertados para e pela comunidade num sentido amplo, tais como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação e serviços culturais. O conceito de necessidades básicas deve se inscrever no contexto do grau de desenvolvimento econômico e social da nação como um todo”.



Esses itens nortearam a definição das dimensões de acompanhamento no processo de monitoramento criado pela equipe.

Em Amartya Sen encontra-se uma reflexão bastante fecunda que, combinada à noção de autonomia veio complementar o arcabouço teórico desta proposta: a noção de liberdade como fundamental para o desenvolvimento pleno do homem. Para o autor indiano, superar privação, destituição e opressão é parte central do processo de desenvolvimento. É preciso reconhecer o papel das diferentes formas de liberdades no combate a esses males e a condição de agente dos indivíduos para lidar com as privações.

O enfoque de Amartya Sen opõe-se à visão restrita do desenvolvimento associado apenas ao crescimento econômico. Em especial, ao que vincula crescimento ao aumento do Produto Interno Bruto-PIB de um país a avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento econômico “não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (2000: 29).

Desta forma, a expansão da liberdade é vista, pelo autor, como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (2000: 10)

Um indivíduo autônomo age livremente de acordo com um plano próprio, de forma análoga a que um governo administra seu território e estabelece suas políticas. No entanto, como destaca, Amartya Sen, o papel de agente dos indivíduos é restrito e limitado pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade.

“É imprescindível o reconhecimento simultâneo da centralidade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social.” (2000: 10)

Na perspectiva social, o conceito de autonomia não pode mais ser entendido apenas como a autodeterminação de um indivíduo. A inclusão do outro na questão da autonomia trouxe, desde o pensamento de Kant, uma nova perspectiva que alia a ação individual ao componente social e pode conduzir à noção de cidadania.

Não é o caso de se desenvolver uma extensa reflexão sobre o conceito de cidadania. Uma rápida passagem pela historicidade deste conceito nos parece válida<sup>33</sup>, uma vez que ele é recorrente não só no discurso político atual, mas nos objetivos da maioria das políticas ditas de inclusão social. Nascido no liberalismo inglês tem sido amplamente discutido e novos conteúdos têm ressignificado esse conceito. O cidadão é um sujeito de direitos civis e políticos, porém, não apenas um sujeito de direito individual. Coletivamente, é detentor de uma parte da soberania política. É do conjunto de cidadãos, constituído em coletividade política, que emana o poder e que, portanto, deve controlar e sancionar as ações dos governantes por eles eleitos. A cidadania é igualmente fonte de vínculo social.

<sup>33</sup> Para esta breve síntese histórica do conceito baseamos-nos em Dominique Schapper, *Qu'est-ce que c'est la citoyenneté?* Paris. Gallimard, 2000).

Uma sociedade de cidadãos, em suas instituições políticas e sociais, em suas práticas cotidianas, não se assemelha a nenhuma outra formação social. As relações entre os homens são fundadas na igual dignidade de todos. Portanto, seu inverso também é verdadeiro; a desigualdade é fonte de rupturas e fragmentações. Assim, a cidadania tem estreita relação com as exigências e necessidades da democracia no seu sentido pleno e não apenas formal. Nas críticas marxistas, vemos que Marx não questiona a cidadania, referendando mesmo que a democracia é a essência de toda a constituição política. Sua crítica tem como foco o caráter formal da cidadania burguesa (contida em *A questão Judaica*, por exemplo) e nos rumos que tomou no período histórico por ele analisado, não se restringindo nem uma nem outra à participação episódica à vida pública, por meio das eleições<sup>34</sup>.

No contexto brasileiro, a construção de uma nova definição de cidadania se insere no debate democrático, a partir da criação e recriação de novos direitos. É um processo permanente em que a organização da sociedade civil em movimentos sociais desempenha um importante papel. Nesse sentido, cidadania refere-se à garantia de direitos sociais, econômicos e políticos, mas também ao direito a ter direitos<sup>35</sup>, a conquista de novos direitos e ao exercício da participação dos sujeitos sociais na esfera pública. Para Dagnino (1994) a nova noção de cidadania organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política.

O desafio da cidadania brasileira vai além da garantia de direitos sociais. Implica na mudança da cultura política paternalista, clientelista e autoritária, na incorporação de elementos da subjetividade. E na construção de um sentimento no qual homens e mulheres reconheçam-se como cidadãos, com acesso aos bens e serviços produzidos socialmente e com possibilidades reais de participação. Diversos autores<sup>36</sup> e várias correntes teóricas ressaltam que a noção de cidadania é estabelecida a partir dos diferentes projetos de sociedade e processos históricos e conjunturais.

Entende-se que o conceito de cidadania, junto com o de autonomia, é chave para pensar um sistema de monitoramento e avaliação de programas de transferência monetária. O conceito de autonomia, enquanto acesso, oportunidades, desenvolvimento de capacidades, escolhas, participação, tem que estar aliado à noção de cidadania, que tem na democracia sua condição básica. Dessa forma, relacionar autonomia com cidadania ou direitos sociais implica numa dimensão eminentemente histórica e política. Plant, um dos autores mais representativos do pensamento socialista contemporâneo, e posteriormente Doyal e Gough reforçam a perspectiva social do conceito de autonomia. Na literatura brasileira, Potyara Pereira (2000) retoma essa perspectiva e apresenta o conceito em contraposição à noção de auto-suficiência do indivíduo ou a mera ausência de constrangimentos sobre as preferências individuais. Refere-se a uma autonomia:

“que não descambe para o individualismo e o subjetivismo e, portanto, se apóie em precondições sociais que deverão estar presentes em todas as culturas. No

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Dagnino (1994).

<sup>36</sup> Entre outros consultar: Wanderley (2000), Telles (1994), Dagnino (1994), Benevides (1991), Covre (1991), Sawaia (2001) e Scherer-Warren (1999).

horizonte dessa noção de autonomia está, em última instância, a defesa da democracia como o recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre as suas liberdades [de escolha e ação], mas também da miséria e do desamparo.”<sup>37</sup>

Para PEREIRA, Ser autônomo não é só ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo,

“é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos.” [2000: 70-1]

Nesse sentido, o processo de construção de autonomia, ou a autonomização dos indivíduos, faz parte do processo social de construção da responsabilização ética dos sujeitos históricos.

A visão de Amartya Sen<sup>38</sup> corrobora a compreensão de que, tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas, é dispor de condições — meios para funcionar (*functionnings*<sup>39</sup>) e um conjunto de habilidades (*capability set*) — que permitam obter a satisfação de tais necessidades. A partir disso, Sen<sup>40</sup> contesta a abordagem da insuficiência de renda [consumada na adoção de linhas de pobreza]. Prefere a da inadequação, já que o montante ou patamar em questão vai forçosamente variar em função das características pessoais e de outras circunstâncias, como o ciclo de vida ou a conjuntura econômica etc.

Em vez de se deter sobre o orçamento monetário disponível, Sen valoriza o conjunto de habilidades e capacidades ao alcance de cada indivíduo, que lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência. Tal como Gough dá destaque à autonomia, Sen enfatiza a liberdade. Um e outro, portanto, distanciam-se de uma abordagem apenas quantitativa do entendimento do que são carências ou déficits.

“Um patamar de renda pode revelar-se inadequado não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, fixada com base em parâmetros exógenos, mas porque está abaixo do que é adequado para mobilizar um conjunto específico de habilidades (*capabilities*) compatíveis com as necessidades de uma determinada pessoa.”<sup>41</sup>

## Conclusão

Nas reflexões feitas, buscou-se demonstrar o quanto são polêmicas as noções de exclusão e inclusão social, especialmente por serem polissêmicas e, portanto, englobando situações diversas e diferenciadas, daí a dificuldade de sua utilização como categorias analíticas. No entanto, adotou-se a noção de inclusão social como uma categoria de ação [Claudine OFFREDI]<sup>42</sup>: aquela que nos auxilia a organizar os dados empíricos, a realidade, para que se possa construir os instrumentos de enfrentamento de seu oposto, a exclusão social.

<sup>37</sup> Potyara A. P. Pereira. *Necessidades Humanas*: subsídios à crítica dos mínimos sociais, Editora Cortez, 2000.

<sup>38</sup> Sen, Amartya [1992]. *Poverty and Affluence*. In *Inequality Reexamined*. New York: Russell Sage Foundation.

<sup>39</sup> E os meios para funcionar tratam do ser e do fazer, ou seja, do que se refere ao que se é, bem como da capacidade de agir, de fazer acontecer.

<sup>40</sup> Sen A. [1992]. Op. cit.

<sup>41</sup> Op. cit, página 111.

<sup>42</sup> Conforme discussões com pesquisadores da Université Pierre Mendès France, Grenoble (FR), quando da realização da missão brasileira de trabalho, no contexto do Acordo Capes—Cofecub, novembro de 2002.

Por se tratar de políticas sociais — e especificamente de programas de transferência monetária —, é preciso apontar para a expansão das capacidades dos indivíduos. Isso fez a equipe incorporar a noção de autonomia como conceito-chave para analisar os impactos produzidos pelos programas de renda mínima na condição de vida das famílias atendidas, enriquecida pelas ponderações sobre liberdade, e cidadania.

Somente um indivíduo autônomo será sujeito nas esferas econômica, psicológica, sociocultural e/ou política, pois é um indivíduo que interroga, reflete e delibera com liberdade e responsabilidade. Ou, “é capaz de uma atividade refletida própria e não de uma atividade que foi pensada por outro sem a sua participação”, como diz Castoriadis. Autônomo, segundo esse autor, é aquele que é capaz de uma atividade refletida própria; aquele que reconhece, nas leis e no poder da sociedade, suas próprias leis e seu próprio poder. “[...] a autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta.” (CASTORIA-DIS 1992: 139)

É possível falar de um processo de autonomização das famílias a partir da intervenção de programas de transferência monetária? É possível visualizar como impacto a expansão das capacidades das famílias de levar o tipo de vida que elas valorizam, já que os conceitos de emancipação e fortalecimento das famílias permeiam os programas de renda mínima? Será que este tipo de programa, no conjunto das políticas de assistência social, leva à eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas?

Estas e outras questões orientaram as análises da equipe do Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP e estão na base das dimensões de acompanhamento propostas para monitorar os programas de complementação de renda.

O conceito central adotado na proposta é o de processo de autonomização das famílias. Este é entendido como a possibilidade de superar situações de privação de liberdade e exclusão social, a partir do acesso a políticas e programas sociais, às oportunidades de inclusão social, à prática cidadã, democrática e participativa. Significa a construção da autonomia no cotidiano de vida das famílias e no contexto sociopolítico e cultural.

## Referências bibliográficas

- ARREGUI et alli. *Metodologia de monitoramento e avaliação do trabalho com famílias*. São Paulo: SAS–PUC-SP, 2004.
- ARRETCHE, Marta T. S. “Tendências no estudo sobre avaliação”. In: RICO, Elizabeth M. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BERNARD, François de. *La pauvreté durable*. Paris: Editions du Félin, 2002.
- BLAY, Eva (org.). *A luta pelo espaço*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O que é apartação?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAMPOS, Marta. *Fortalecendo famílias*. São Paulo: SAS–PUC-SP, 2004.
- CARDOSO, F. H. et al. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”. In: *Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Cebrap, 1971.
- CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social — uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado (as encruzilhadas do labirinto)*. [Trad. Rosa Maria Boventura]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, v. 3.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1991. (Primeiros Passos)
- DAGNINO, Evelina. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Os movimentos sociais e uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- D’INTIGNANO, Beatrice Manjón. *La protection sociale*. Paris: Le Livre de Poche, 1993.
- DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A theory off human need: critical perspectives*. New York: The Guilford Press, 1991. 365 p.
- DRAIBE, Sônia. “Avaliação da implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas”. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do Carmo Brant de (orgs.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2000.
- DURAN, Patrice. *La recherché sur les méthodes d’évaluation*. Conseil scientifique de l’évaluation. L’évaluation en développement 1996 (rapport annuel sur des pratiques l’évaluation des politiques publiques). Paris: La Documentation Française, 1997.
- EUZÉBY, Chantal et Alain. *Les solidarités*. Fondements et defies. Paris: Economica, 1996.
- GOUGH, Ian. *Global Capital, Human Needs and Social Politics*. Selected Essays: 1994-99. London: Palgrave, 2000.
- HOGAN, Daniel (org.). *Cidade — usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- JANNUZZI, M. P.; PASQUALI, F. A. “Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 1999, v. 33, n. 2, p. 75-94.
- JANNUZZI, Martino P. *Indicadores sociais no Brasil*. Conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais”. In: *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2002. p. 53-71.
- KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. *Território e políticas públicas*. São Paulo: SAS–PUC-SP, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Os cidadãos da marginal”. *Revista Argumento*, n. 1, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAVINAS, Lena. “Rede Urbal: Documento Base URB-AL 10. REDE URBAL 10 Luta Contra a Pobreza Urbana, Documento de Guia”. In: *Rede Urbal*. São Paulo: Secretaria das Relações Internacionais da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003. 51 p.
- (ESTAVA ASSIM: PSP/Sec. Rel. Internacionais, texto)
- MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa e da cidade*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.
- MIOTO, R. C. T. “Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar”. In: *Fronteras, 94-102*. Montevideo: Departamento de Trabajo Social — Facultad de Ciencias Sociales — Universidad De La Republica, set. 2001.
- NASCIMENTO, Elymar Pinheiro. *Modernidade Ética — um desafio para vencer a lógica proposta da nova exclusão*. Proposta [65]. Rio de Janeiro: Fase. 1995.
- NEPP/UNICAMP. *Modelo de avaliação de programas sociais prioritários*: Relatório final. Campinas: NEPP/Unicamp, 1999.
- OFFREDI, C.; MARTIN, G. (ed.). *Le RMI et après?* Paris: L’Harmattan, 2001.

- OFFREDI, Claudine. *Processus d'évaluation et production des politiques publiques*. La dynamique des politiques sociales. Observation, management, évaluation. Paris: L'Harmattan, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. *Economia brasileira*. Crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1975.
- PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PEREIRA, Luiz. "Populações marginais". In: *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000. 215 p.
- PERRET, Bernard, *Les enjeux épistémologiques de l'évaluation*. Conseil Scientifique de l'évaluation, Évaluation en développement 1996 (rapport annuel sur l'évolution des pratiques d'évaluation des politiques publiques). Paris: La Documentation Française, 1997.
- \_\_\_\_\_. *L'évaluation des politiques publiques*. Paris: La Découverte, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. "Urbanización, Cambio Social y Dependencia". In: *América Latina*. Ensayos de interpretación sociológica. Fernando Henrique Cardoso y Francisco Weffort (eds.). Santiago (Chile): Editorial Universitaria, 1967.
- SADER, Eder. *Quando novos atores entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAWAIA, Bader. "Participação social e subjetividade". In: SORRENTINO, Marcos (coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ; Fapesp, 2001.
- \_\_\_\_\_. NAMURA, R. (org.). *Dialética exclusão/inclusão*. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2002.
- SCHAPPER, Dominique. *Qu'est-ce que c'est la citoyenneté?* Paris: Gallimard, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Poverty and affluence". In: *Inequality*. New York: Russell Sage Foundation, 1992.
- SOUZA, Martins José de. *Exclusão e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2000.
- SPOSATI, Aldaíza. (coord.) *Mapa da exclusão/inclusão da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- VALARELLI, Leandro L. *Um panorama sobre o estado da arte do debate sobre indicadores*. Rio de Janeiro: Plataforma NOVIB — GT Indicadores. Texto Base da Oficina I.
- TOWNSEND, P. "Conceptualising Poverty". In: *The International Analysis of Poverty*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- VALLADARES, Lícia (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VÉRAS, Maura Pardini B. "Notas preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos". In: VÉRAS, Maura P. B. (ed.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Favelas no Município de São Paulo*. São Paulo: Sebes, Série Cadernos Especiais, n. 1, Prefeitura do Município de São Paulo, 1975.
- TASCHNER, Suzana P. "20 anos de habitação popular". Cadernos 23. São Paulo. LAP da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1998.
- TELLES, Vera S. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. "Educação para a cidadania". In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. "O social, a pobreza e o descompromisso governamental". Revista Pauta. Brasília: Inesc, ano I, n. 1, dez. 1999.
- WANDERLEY, Mariângela B. "Refletindo sobre a noção de exclusão social". In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

## Créditos



## Programa Fortalecendo a Família / Renda Cidadã — PFF/SP/SP

### Conselho Gestor

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira  
Mariangela Belfiore Wanderley  
Maria Rosângela Batistoni  
Maria da Graça Marchina Gonçalves  
Vera Aquilino Alvarenga Freire  
Neiri Bruno Chiachio

### Gerência Geral

Vera Freire (Gerente)  
Giselle Martins  
Oswaldo Camargo  
Adriana Toledo  
Octavio de Mello Castanho

### Administrativos

Fábio Lipp  
Luciana de Almeida  
Uiara Tatian Lopes  
Renata Celi de Oliveira

### Assessoria de Comunicação e Atividades Culturais e Sociais — ACACS

Luciana Mancini Bari  
Maria Fernanda Hakem  
Gilda Andreazza Morbin

### Gerentes e Assistentes Regionais

#### *Grajaú*

Márcia Amadeu Heleno

#### *Sapopemba*

Sylvia Mancini Bari  
Nanci Catharina Botique

#### *Jardim São Luis e Vila Andrade*

Regina Maria Ignarra  
Rejane Teixeira Coelho  
Lia Pinheiro

#### *Guaianazes*

Ana Verônica Rodrigues de Almeida  
Heloisa Brasil  
Marila Aprigliano  
Sílvia Falabella

#### *Itaim Paulista / Jardim Helena*

Rosamélia Ferreira Guimarães  
Euníciana Peloso da Silva  
Alice Maria de Carvalho dos Santos  
Elisabeth Murilho da Silva

#### *Pedreira*

Maria Elisa Barbosa Almeida  
Maria de Lourdes Hipólito Santana

#### *Cidade Dutra*

Aline Guerrieri Moreira  
Gerson Heidrich da Silva  
Selma de Freitas Silva  
Tania Cristina da Silva Boreto



**Técnicos e estagiários**

Adriana Giacomini	Heloisa Hanada	Myrella de Melo Santos
Adriana Silva Oliveira	Iara Rodrigues de Souza	Neide de Sena Lima
Ana Carolina Westphal	Irinéia de Souza Normandia	Neide Jane Tavares da Silva
Ana Cláudia Titotto	Isaura de Fátima Rodrigues	Nilcéia Salomão Donatelli
Ana Lúcia Ribeiro Silva	Izabel Cristina Cunha da Rocha	Núbia Dias de Oliveira
Ana Maria de Carvalho Acosta	Izis Maria Cardoso	Patrícia Paula Regina Dias Lacerda
Ana Sílvia Ariza de Souza	Jamila Casimiro Pereira	Patrícia Pereira de Souza
Andréia Rodrigues da Silva	Jefferson Modesto Neves	Patrícia Shimabukuro
Andréia Tucunduva Santana	Jonathas José Salathiel da Silva	Paulo Henrique Gomes Teixeira
Andressa Domingues Pedroso	Juliana Berzin	Pedro Henrique Marinho Carneiro
Andressa Maria de Araújo	Juliana Breschigliari	Priscila Mara de Andrade
Angélica Gonçalves Galhardo	Juliana Cristina de Oliveira Gonçalves	Regina Celi Lessa Silva Alves
Antonio Carlos Pereira	Juliana Olivetti Guimarães	Regina Lucia Bispo Nascimento dos Santos
Cacilda Santana Modesto de Almeida	Jussara Cristina do Carmo Costa	Renata Mantovani Palombo
Carla de Oliveira Faustino	Karina Pierrobon Carita	Roberta De Camillis
Carla de Pinho	Kátia dos Santos Silva	Roberta Maria de Lima
Carla Yoshiko Yamamora	Lenivaldo Teodoro de Souza	Rodrigo Silva Fonseca
Carolina Jimenes	Lilian Carvalho Leão	Rosana Costriuba de Moura
Cibely Pedroso Zenari	Luciana Aparecida Ferreira	Rosana Cristina Januário do Nascimento
Cilene Cavalcante	Luciane de Cássia Faria	Roselene Aguiar Santos
Cláudia Rosa Baptista	Luiz Antonio Kull	Rosimeire Nunes Alves
Cleide Batista Gomes	Luiz Naporano	Sandra de Carvalho
Cleusa Maria Lopes Di Berardini	Luiza Aparecida de Barros	Sandra Regina da Rocha
Cristiane Felício França	Marcela Pasqualucci Ronca	Savaro Roberto Alves de Melo Junior
Daniela Içassa	Marcele Reis Gonzales	Sérgio Calixto
Danielle Santos Resina	Marcelo Augusto Santos Turine	Silvia Paula Estrabon Falabella
Debora Lopes Rodrigues	Marcelo José Machado Silva	Simone de Andrade
Denise Costamillan Andere	Maria Aparecida Alves Pereira	Tatiana Busquets Fernandes da Silva
Dineia de Oliveira Yoshioka	Maria Aparecida Clemente	Tatiana de Fátima Domingues
Domênico Uhng Hur	Maria Aparecida Fernandes de Oliveira	Tatiana Helena Silva
Edilene Magalhães Gonçalves Mendes	Maria das Dores Ferreira Diniz	Tatiane Emília Ito
Edna Diva Miani Santos	Maria Laura G. de O. Pereira Barretto	Tatiane Salles Miranda da Luz
Edna Silveira Peixoto	Maria Regina Guarnieri	Teodora Torres
Ednéia Izidorio	Maria Rosilda Menezes	Thais Aparecida Higa
Eliana Márcia Franco	Mariana Andréa Orella	Thais C. M. Gava
Elisangela Pereira Queiroz	Mariana Luzia Aron	Thaís Monteiro Bagatella
Elisangela Silva Rodrigues	Marianne Ramos Feijó	Thiago Fernandes de Souza Campoy
Elzita Pinto Macedo Moulin	Mariko Rosa Honda Ribeiro	Vanessa Aparecida Pereira
Erika Dias	Marina de Camargo Campos	Vanessa Gonçalves de Castro
Evelyn Barreto Santiago	Mariselma Ferreira Sousa da Silva	Vania Cardoso Leão
Fabiana Pereira Moreira	Martha Regina Martins de Andrade	Vânia Mendonça Whitehead
Fernanda Inácio Rocha	Michelle Garcia Oliveira	Vivian de Menezes Souza
Fernanda Teixeira Nogueira	Miriam Egle Torturelli	Viviane Araújo da Silveira
Francisca Edinete Nogueira de Souza	Miriam Valéria Tacito	William Fernando de Oliveira
Graciela de Freitas da Silveira	Mônica Gonçalves de Melo	Wilma Regina Alves da Silva

**Prefeitura da Cidade de São Paulo**  
**Secretaria de Assistência Social**

**Equipe Gestora**

Fátima de Jesus Teixeira  
 Neiri Bruno Chiachio  
 Maria Luiza Piccinini

**Gestão do FMAS — Fundo Municipal  
 de Assistência Social**

Valéria Maria Massarani Gonelli  
 Marcos Aurélio O. Fernandes

**Supervisores Técnicos das  
 Supervisões de Assistência Social**

*Campo Limpo / M'Boi Mirim*  
 Maria Luiza Oliveira — Distr. CL  
 Maria Aparecida Junqueira —  
 Distr. Jd. São Luiz

*Socorro / Parelheiros*  
 Inez Auxiliadora Torres Santoro

*Itaim / São Miguel*  
 Roseli Dutra C. Ferreira

*Santo Amaro / Cidade Ademar*  
 Marcia Aparecida A. M. Generoso

*Vila Prudente / Sapopemba*  
 Angela Maria de Azevedo Granato

**Supervisores Regionais de  
 Assistência Social**

Alzenir de Jesus Faria — LA  
 Ângela Gonçalves Marques — CS  
 Cecília Stringhini Siqueira — MP  
 Eliana Fernandes L. Victoriano — IQ/G  
 Eliane da Silva Cara — VP  
 Eutália Guimarães Gazzoli — BT/PI  
 Francisco Cesar Rodrigues — FÓ  
 Iraci Oseas dos Reis Hwer — ST/T  
 Ivone Pereira da Silva — PE/EM  
 Marcia Regina dos Santos — MG/J  
 Marcia Perrone de Monteiro — VM/JA  
 Marlene Merisse — SM  
 Marli Martins Galina — CL  
 Roseli Innocência Baffini — MO/AF  
 Sonia Maria da Cunha Mayer — SA  
 Sonia Regina Ribeiro de Carvalho — IP  
 Viviane Patricio Delgado — SÉ/LA  
 Viviane Elisabeth Diniz da Silva — PR/PJ

**Chefia de Gabinete**  
 Neli Márcia Ferreira

**Equipe de Apoio**  
 Adelina Cristina Pinto  
 Alexandre Lins Ferreira  
 Maria Helena J. S. Morais  
 Rene Suárez Ziegelmaier  
 Solange G. L. Watzeck

**Conselho Municipal de  
 Assistência Social — Comas**  
 Presidente: Simoni Bausells Piragine

**Pontifícia Universidade Católica de  
 São Paulo — PUC-SP**

**Equipe**

**Faculdade de Serviço Social**  
 Luzia Fátima Baierl  
 Marília da Silva Pardini  
 Marta Silva Campos

**Faculdade de Psicologia**  
 Chica Hatakeyama Guimarães  
 Edna Maria Peters Kahhale  
 Patrícia Mortara

**Instituto de Estudos Especiais da  
 Pontifícia Universidade Católica de  
 São Paulo — IEE/PUC-SP**

**Equipe**

Carola Carbajal Arregui  
 Dirce Koga  
 Frederico Ramos  
 Marcelo Turine  
 Vergílio Alfredo dos Santos  
 Alexandre Recaman Martins  
 Rosângela Dias Oliveira da Paz

**Universidade Cruzeiro do Sul —  
 UNICSUL**

**Equipe**

Jorge A. Onoda Pessanha  
 [Pró-Reitor de Extensão e  
 Assuntos Comunitários]  
 Luiz Henrique Amaral  
 [Diretor do Centro de  
 Pós-Graduação e Pesquisa]  
 Rosamélia Ferreira Guimarães  
 [Professora do Curso de  
 Serviço Social]  
 Carlos Roberto Castro e Silva

**Universidade de Santo Amaro —  
 UNISA**

**Equipe**

Osmar dos Santos Cavalcante  
 [Professor responsável  
 pelos estágios]

*Organização*

Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira  
Mariangela Belfiore Wanderley

*Edição*

Edna Maria Peters Kahhale  
Marta Silva Campos  
Rosângela Dias O. da Paz

*Preparação de texto*

Sumatra Produções Culturais

*Projeto gráfico*

Homem de Melo & Troia Design

*Filmes*

Casa de Tipos

*Impressão*

Cromosete

São Paulo, 2004

*Imagens*

As imagens são reproduções de material  
produzido pelos grupos integrantes do PFF/SP/SP.

Trabalho com famílias / orgs. Mariangela Belfiore Wanderley,  
Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira. —  
São Paulo : IEE-PUC-SP, 2004.  
2v. ; 26 cm

Conteúdo: v.1. Metodologia e monitoramento.  
— v.2. Textos de apoio.  
ISBN: 85-86894-20-6

1. Família. I. Wanderley, Mariangela Belfiore. II. Oliveira,  
Isaura Isoldi de Mello Castanho e. III. Instituto de Estudos  
Especiais - PUC-SP.

CDD 362.8

IEE/PUC-SP — Instituto de Estudos Especiais da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Ministro Godoy, 1.173  
05015-001 — São Paulo — SP  
Telefone: (11) 3871 4429  
Endel: iee@pucsp.br  
Sítio: www.iee.pucsp.br

*Transcrição da carta  
reproduzida na capa*

C., 16-05-2003

Luiz e Tatiane, tudo bem.

Olha, o motivo pelo qual eu estou  
lhe enviando esta carta é para vocês saber  
da minha situação aqui em C.

Luiz, se eu soubesse que aqui na  
casa da minha mãe a situação não era  
nada boa eu não teria vindo, pois eu estou  
no interior da Paraíba, um lugar sofrido  
em que as pessoas passam necessidades,  
aliás fome, e não é nada fácil viver aqui.

Luiz, se eu não conseguir um emprego  
até o final do mês de junho eu irei embora  
para aí. Nem que eu tenha que pedir socorro  
aos amigos que eu tenho aí em São Paulo,  
pois aqui não dá para mim viver. Veja só  
Luiz, a minha mãe recebe 200 reais para  
sustentar 9 pessoas, contando comigo e  
com meu filho e para você saber mesmo  
como são as coisas que eu vou te explicar,  
um kilo de carne custa 9 reais, um butijão  
de gás custa 33 reais, um pacote de arroz de  
5 kilos custa 10,80, 1 kilo de feijão 2,80,  
1 pão custa 25 centavos, açúcar 2 reais  
1 kilo. Isso é pra você ver Luiz, que aqui não  
é fácil pra conseguir um emprego, só por  
milagre de Deus, porque ninguém aqui ajuda  
ninguém, emprego aqui e só para os filhos  
de fulano de tal. Pobre aqui não tem vez.

Olha amigo, eu só tenho 2 irmãos  
trabalhando aqui, e eles ganham 30 reais  
por semana cada um deles, mas eles não  
ajudam com quase nada dentro de casa,  
pois eles precisam comprar roupas e calçado  
pra trabalhar. E eu, o que vou fazer num  
lugar como este, a minha sorte, Luiz, que  
eu recebi os 60 reais do mês passado,  
foi que eu comprei alguma coisa para meu  
filho comer. Se não fosse esse dinheiro  
eu não sei o que seria do meu filho.

Luiz, se eu ficar mais uns meses aqui  
até eu conseguir o dinheiro que dá para a  
passagem, será que eu vou ficar recebendo  
os 60 reais? Por favor, Luiz, me ajude por  
tudo que for mais sagrado, não tire o pão  
da boca do meu filho. É com esses 60 reais  
que eu compro pão e bolacha para meu filho  
comer, eu sei que para mim receber este  
dinheiro eu teria que estar aí nas reuniões,  
mas eu não estou. E agora, Luiz, o que vai  
ser de mim, aliás do meu filho.

Sim Luiz, eu lhe peço, desculpe pelo  
conteúdo desta carta, a letra está péssima,  
pois eu estava com dor de cabeça no  
momento que eu estava escrevendo esta  
carta para você.

Um grande abraço para você e para a  
Tatiane.

Da amiga Aparecida.

Eu sempre fui um bom estudante para mim,

Logo fui um filho ao pai

infante. Estudava na minha família

~~Eu~~ Eu a minha casa logo para ser mais

feliz